



SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 2014

ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2014;
- 2 - Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014;
- 3 - Designação de cinco Municípes para integrar o Conselho Municipal de Segurança;
- 4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante do Município na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- 5 - Nomeação de um Membro da Assembleia Municipal, de cada partido representado na Assembleia Municipal, para a composição do Conselho Municipal da Juventude.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos e no uso da mesma referiu:

- Uma vez que já há quórum, vamos iniciar esta sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando o
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Membros da Assembleia Municipal,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Muito boa noite.

Começou por colocar à consideração da Assembleia Municipal se alguém se opõe a que a Liliana substitua a Ana Mafalda, que está doente e não pode vir a esta sessão.

Portanto, a Senhora Segunda Secretária passou a Primeira e convidei a Liliana. Questionou se alguém se opõe a esta escolha?

Não se tendo ninguém oposto, referiu: se não, vamos dar início a esta sessão com a chamada dos Senhores Membros da Assembleia.

(A chamada dos Senhores Membros da Assembleia foi feita pela Senhora Segunda Secretária, Liliana Silva Pinto)

A Senhora Segunda Secretária Liliana Silva Pinto, após a chamada de todos os Membros da Assembleia referiu estarem a faltar os Senhores Membros da Assembleia Ana Mafalda Rodrigues Lopes, José Fernandes da Costa e Pedro António Figueiredo Moreira.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu

- Portanto, faltando três Senhores Membros da Assembleia, estamos presentes vinte e cinco e vamos dar início a esta sessão, começando pelo primeiro ponto, uma vez que é uma sessão extraordinária não há Período de Antes da Ordem do Dia e então o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

primeiro ponto é - Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2014.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer dar algum esclarecimento neste ponto? Ao que este respondeu que sim. Retomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu: Então, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, tomou a palavra e no seu uso disse

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Restantes Membros da Mesa,
Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Relativamente ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2014 destaco, sem prejuízo, depois, dos esclarecimentos que queiram suscitar relativamente a este assunto, o seguinte:

É um Orçamento com uma previsão de despesa e de receita inferior a dez milhões de euros, que corresponde, inteiramente, à previsão de receita, com todo o rigor e, portanto, não há qualquer rubrica que esteja simpaticamente empolada para justificar alguma despesa a que não corresponda receita e, portanto, será, dos últimos anos, o Orçamento com menor previsão de receita e de despesa.

É um Orçamento, portanto, absolutamente rigoroso do ponto de vista financeiro. Este Executivo, reafirmamo-lo, não pretende realizar qualquer despesa que não tenha fundo disponível a receber pelo Município em termos de “cash-flow” nos próximos, no prazo de 90 dias, como está previsto na Lei dos Compromissos e, portanto, sendo assim, vai haver uma gestão absolutamente rigorosa e os documentos refletem, absolutamente, aquilo que vai ser a receita e, particularmente, a despesa municipal.

Não vai haver nestes quatro anos Vereadores de férias e que depois, quando regressam, lhe aparece um, ou dois milhões de euros de despesa que não estava cabimentada, nem vai haver fornecedores a quem é pedido para não faturarem o serviço que já prestaram à Câmara, como ainda hoje de manhã alguém me foi dizer à Câmara que era a prática dos últimos quatro anos, era fazer o serviço e só faturar quando a Câmara pedisse e depois de faturar ainda estavam uns meses sem receber, isso está, absolutamente, fora de hipóteses nestes próximos quatro anos.

Portanto, esse rigor vai ser tido em conta nas finanças municipais, primeira prioridade, rigor e credibilidade das finanças municipais e fim à aldrabice do Orçamento da despesa e da receita.

Depois, relativamente aos encargos que também têm previsto, portanto, é um Orçamento muito condicionado pela despesa passada, renovo, reafirmo que esse mapa de endividamento que têm presente, tem os encargos do Município a médio e longo prazo e, portanto, há oito anos atrás, o endividamento médio e longo prazo era de dois vírgula três milhões de euros e atualmente é de, está previsto transitar para o ano de 2014, a dívida no final do ano era de catorze milhões cento e cinquenta e três mil e no final do ano, com o pagamento de juros e amortizações, cifrar-se-á em treze milhões trezentos e vinte mil. Este mapa, depois, terá alguns ajustamentos decorrentes do parecer da Direção Geral das Autarquias Locais e, portanto, tenho aqui já o mapa. Estes



valores que vos estou a dar é já o mapa com as correções, o mapa previsional decorrente do parecer com alguns ajustamentos técnicos que foi preciso fazer na Câmara Municipal,

E, reafirmo também, é das coisas que mais me tem doído neste período na Câmara Municipal, é, de facto, a falta de autonomia administrativa e financeira por parte do Município de Nelas. Ter que pedir um parecer à Direção Geral das Autarquias Locais, ter que dizer que o Município de Nelas não tem gente que sabe governar, que não goza do crédito de saber gerir a autonomia administrativa e financeira é, de facto, ter feito muito mal ao Município de Nelas, ter que esperar um parecer da Direção Geral das Autarquias Locais para aprovar um Orçamento e é por isso que ele só veio agora em janeiro, eu sinto-me, de facto, um Presidente com letra minúscula da Câmara de Nelas, com o que isso significa de um Presidente da Câmara de Nelas.

Sinto-me até com essa situação absolutamente envergonhado da situação em que o Município tem que pedir autorização para saber gerir a sua autonomia administrativa e financeira. Este mapa espelha bem aquilo que constitui o Orçamento, 90% do Orçamento não temos liberdade para o fazer.

Foi feito nos últimos 8 anos, porque estão aqui oitocentos e trinta e três mil euros de amortização obrigatória, sem qualquer capacidade de endividamento do Município. Não posso concluir a Rua da Soma com um empréstimo, não posso melhorar um caminho da Zona Industrial com um empréstimo, não posso fazer uma estrada na Lapa do Lobo com um empréstimo porque não tenho capacidade de endividamento. Oitocentos e trinta e três mil euros de amortização e seiscentos e sete mil euros de juros.

Eu antes, estou a falar nestas coisas negativas para depois falar naquilo que constitui a nossa margem de 10% em fazer o Orçamento. Em termos de compromisso intergeracional o que foi feito nos últimos 8 anos é uma vergonha, que me envergonha a mim e aos meus filhos, porque nos próximos vinte anos vamos ter que pagar isto. Eu vou pedir depois ao Loio para distribuir, porque há gente que não acredita, que pensa que isto é uma rubrica e também para os Senhores Presidentes de Junta verem, isto é uma rubrica, é uma coisa que não está distante, eu mandei tirar cópias daquilo que eu paguei nos 75 dias em que eu já estou na Câmara para verem o que é que eu já paguei aos bancos.

Já paguei aos bancos trezentos e sessenta e oito mil euros mais duzentos e cinquenta mil euros, paguei aos bancos, a Câmara pagou aos bancos seiscentos e dezoito mil euros nestes 75 dias que eu estou na Câmara.

Eu acho que quando me vierem defender os últimos oito anos haviam de estar calados, quem vier defender peça-me o favor de ter sempre este mapa junto, não me fale em obras que foram feitas, não me falem em rigor, não me falem que foi o país que faliu, até 2011 é que houve dificuldades pelos governos que faliram o país, falem-me nos últimos oito anos da Câmara que destruíram a autonomia do Poder Local em Nelas. Condicionaram os próximos vinte anos, eu, com seiscentos e dezoito mil euros tinha já feito uma ETAR e acabava com o vergonhoso estado dos esgotos em Senhorim, na Vila, em Casal Sancho, na Lapa do Lobo, em todo o lado.

E, portanto, quando alguém me vier dizer que a Câmara tem uma boa saúde financeira, esse, essa pessoa que disser isso só pode ser ignorante, é como dizer que o



país, o Estado, o Estado Português está numa boa situação financeira, é precisamente a mesma coisa, ou ainda pior.

Tem as contas em dia, hoje tem as contas em dia, estão-se a pagar a 30, 60 dias, não se compra nada sem dois, ou três, orçamentos. Hoje, ao fim de 75 dias, qualquer pessoa sabe que se fornecer a Câmara recebe no prazo de 30, 60 dias.

E, portanto, alguém que venha dizer que isto, que a Câmara vive, goza uma boa situação financeira, que diga que a Câmara, atualmente, tem gente séria a gerir os destinos da Câmara e que sabe honrar o compromisso intergeracional, a confiança que lhe foi dada para quatro anos, não para vinte, ou trinta anos.

E, portanto, não foi por via das parcerias público privadas, 35 milhões, foi por via de um desvario, de uma pouca-vergonha, que nos últimos oito anos fizeram ao Município de Nelas, à Câmara e às Freguesias e hoje ainda dizem que a Câmara tem uma boa saúde financeira e eu a pagar cheques de vinte, trinta e quarenta mil todas as semanas, aos bancos para amortizar capital e juros.

Portanto, quem diz isto tenha vergonha e seja rigoroso e não faça essa manifestação, como tem sido feita, de absoluta ignorância e infantilidade, ainda mais quem tem responsabilidade nestes últimos oito anos, que andou, particularmente, nos últimos tempos, a gozar e a viver com o crédito dos fornecedores, que estão agora em dificuldades porque essas pessoas pouco se preocupam com as dificuldades da economia local e dos fornecedores.

Peço ao Loio, então, que distribua para que sintam e vejam a cópia, as transferências oito mil novecentos e vinte e três, mais, quatro euros, mais quinhentos e setenta e cinco, mais vinte e dois mil duzentos e trinta e três, mais trinta e três novecentos e noventa e dois, mais três mil seiscentos e trinta, mais quatro mil novecentos e sessenta e seis, mais nove mil, tudo pago, assinado por mim, com a minha assinatura, nove mil setecentos e oitenta e cinco, só estão vinte e uma cópias, não tiraram vinte e oito, portanto, ó Loio, distribui isso o melhor possível, gostava que as pessoas, particularmente as pessoas que estiveram na gestão anterior e que apoiaram que leiam bem esses documentos e que vejam bem o que é que a Câmara, o que é que a Câmara está a pagar e não pode fazer.

Eu, para, de emergência, fazer uma rua, ou comprar umas toneladas de chão, umas toneladas de “tout-venant” para uma rua em Canas de Senhorim, porque andava uma casa em construção, para não parar a obra, para não parar a economia local, tive que rapar o tacho e consegui arranjar mil e novecentos euros para compor a rua, esgotei a verba toda da compostura de caminhos florestais.

Portanto, Senhores Presidentes de Junta, quando eu digo que não tenho dez sacos de cimento para dar, não tenho mesmo e está aí o que eu pago, não é o que pago, é o que a Câmara paga, o que um Presidente da Câmara diminuído paga.

Nove mil setecentos e oitenta e cinco, se houver um exemplar que sobre para entregarem ali ao Senhor Vereador do PSD-CDS, eu depois faço-lhe chegar uma cópia. Dez mil seiscentos e vinte, cinco mil seiscentos e noventa e nove, dez euros, cinquenta e dois, duzentos e cinquenta mil euros de amortização extraordinária obrigatória, duzentos e cinquenta mil, quatro euros, três mil oitocentos e noventa e um, dez mil e noventa e seis, vinte e três mil duzentos e vinte e três euros, trinta e três mil e trinta e três euros, é tudo empréstimos de saneamento financeiro, amortização de juros, empréstimo amortização de capital, dez mil novecentos e dois, dois mil cento e vinte cinco, cinco



mil seiscientos e noventa e um, dez euros, sessenta euros e oitenta e três, dez mil quinhentos e sete, quatro euros, quatro mil e vinte e um, vinte e dois, dezassete, trinta e quatro mil duzentos e um, dez mil novecentos e dois, dois mil cento e vinte e cinco, dez mil novecentos e dezanove, vinte e um mil quatrocentos e oitenta e três, quarenta mil oitocentos e noventa, vinte e um mil novecentos e trinta e cinco, quatro euros, duzentos e três.

Se for preciso eu fazer este exercício ao fim de um ano, eu faço-o e estou aqui três ou quatro horas a referir os valores, se for preciso eu trazer notas e pagar aos gerentes dos bancos, aqui, também trago isso para ver se alguém acredita que a Câmara está numa péssima situação financeira. Em dois meses e meio paguei seiscientos e dezoito mil euros aos bancos, não corresponderam a obra nenhuma, pagamento de dívidas a fornecedores.

O dinheiro que lá está é dinheiro que está com compromisso porque há receitas, transferências correntes do Estado de três em três meses e todos os meses e, portanto, felizmente que as transferências não foram feitas todas no período anterior e também felizmente que havia ainda funcionários na Câmara Municipal que salvaguardaram o pagamento dos salários e de algumas obrigações.

Posso-vos dizer que, só para acabar esta parte e passarmos, de facto, ao que constitui o futuro, e, de facto, fomos eleitos, merecemos essa confiança por alguma razão foi, tenho aqui a informação do dia 22 de janeiro que os Serviços Administrativos e Financeiros dizem-me que eu tenho total de receitas, para quem ainda diz e vê a Contabilidade pela ótica da caixa de sapatos da receita, manifestando nisso também uma profunda ignorância, inclusive, quem tinha obrigação de ter mais rigor a olhar para as contas, eu, de facto, vou ter receitas nos próximos três meses de um milhão novecentos e setenta mil euros, mas tenho lá já despesas com Pessoal, com bancos e com compromissos anteriores de dois milhões oitocentos e seis. Não tenho fundos disponíveis, não posso gastar um tostão até março.

Portanto, se há quem diga que há dinheiro, há dinheiro para pagar os compromissos assumidos, era agora o que faltava e, portanto, não tenho, há menos oitocentos e trinta e seis, portanto, temos que gerir a Câmara como se gere a casa.

Se alguém pensa que há dinheiro só porque tem na caixa de sapatos da receita dinheiro e não conta com as despesas que tem que pagar, isto revela também uma profunda ignorância, lamento dizê-lo e na primeira aula de Economia Política aprende-se estas coisas.

Desculpem lá, não consigo dizer isto de outra maneira perante o mal que está feito ao Município de Nelas e às contas dos próximos vinte anos e, portanto, fazer alguma coisa, ainda por cima mal feita e cara, atravancada e depois deixar para vinte anos para pagar estes montantes que eu tenho pago, eu acho que um bocadinho de decoro e de vergonha e de recato e de responsabilidade não fazia mal nenhum.

Não estou a exagerar, isto é seriedade da minha terra, daquilo que eu gosto e acredito que na bancada do PSD-CDS também há quem goste da sua terra, mas temos que ser sérios a debater estas coisas, muito sérios, porque eu vou trazer, de três em três meses, a conta do que eu paguei aos bancos e do que isso me impede de fazer e de realizar.

Relativamente ao futuro e com a margem que temos, queremos honrar os nossos compromissos, só rapidamente, Senhor Presidente, pedia só mais cinco minutos,



para dizer que, de facto, temos um contrato com a população e já temos refletido nas Grandes Opções do Plano aquilo que constitui, de facto, o nosso projeto para o Município, que constitui, continua disponível no site da candidatura do Partido Socialista e que é o contrato social para os próximos quatro anos e, de facto, ainda que sendo este um ano de transição em que temos que ajustar o Orçamento com o rigor possível e também contar que o próximo Quadro Comunitário, estarmos em excelentes condições para o próximo Quadro Comunitário, já vertemos aqui no Orçamento e nestas Grandes Opções do Plano nestas rubricas específicas.

Também, mais ou menos, temos consensualizada, mas ouvindo sempre os Senhores Presidentes de Junta e tentando ir ao encontro da realização do que for possível já neste ano de 2014, essencialmente mantendo o espaço urbano e a qualidade do espaço urbano, mantendo, realizando as coisas que são urgentes, com o esforço que é necessário, tentámos, de facto, já projetar a próxima Feira, na página um das Grandes Opções com uma proposta de cedência aqui do espaço da CVR Dão no sentido de darmos um outro incremento à Feira do Vinho, lançámos aqui algumas rubricas, de facto, para o Orçamento participativo para começar, na ótica de proximidade com as Freguesias e com as populações, a corresponder na lógica também das nossas iniciativas do SOS Buraco e A Minha Rua e outras iniciativas de proximidade como visitas regulares às Freguesias e contactos com as Juntas, com as Instituições.

Portanto, rubrica de Orçamento participativo, pretendemos dar um grande incremento no sentido de se notar, eventualmente, melhorias, que queremos, que desejamos nos próximos quatro anos em termos de Proteção Civil e incêndios, portanto, quer em estudos, quer depois também, eventualmente, em limpeza de floresta e também aparece aí uma rubrica, 250 mil euros, que constitui um projeto que nós queremos candidatar PRODOR, no sentido de conseguirmos, eventualmente, fazer uma intervenção na rede primária e na protecção na luta contra os incêndios.

Queremos, temos aqui também nas Escolas que já existem e, fora do Centro Escolar de Nelas onde estamos também a fazer umas intervenções pequenas mas importantes para melhorar a qualidade do ensino, das pessoas que lá trabalham, mas também nas Escolas, particularmente de Santar e Lapa do Lobo, nas Escolas mais antigas que merecem apoio.

Temos aqui no âmbito da Ação Social, além de tentarmos corresponder junto também do Governo central e financiadores, aquela questão dos Lares, dos Centros de Dia, incluindo o de Senhorim, já há uma aquisição em Vila Ruiva, mas também o Lar e Centro de Dia na Freguesia de Senhorim.

Outros projetos como a Universidade Sénior, projetos de empreendedorismo social como a Loja Solidária, o Clube Social, a Central de Emergência Social.

Queremos, também, voltar a concretizar projetos de habitação social, acho que é um instrumento, absolutamente, imprescindível para garantir igualdade de oportunidades para as gerações presentes e para as próximas e portanto, sem habitação digna não há, de facto, igualdade de oportunidades e acho que esse aspeto é muito importante.

Temos de realçar também o desejo, vamos ver como é que evoluem as coisas, de fazer o, projetar o desenvolvimento do Município de Nelas nos núcleos essenciais com Planos de Pormenor, e, portanto, fazê-lo a 20, 30 anos, temos isso projetado,



eventualmente, entregar para fazer estudos as Caldas da Felgueira, Canas de Senhorim, Santar e Nelas.

As ETAR,s estão todas consignadas aqui, algumas com o investimento que é possível, outras sem investimento, ou com investimento muito reduzido e estão todas as ETAR,s e, portanto, com o financiamento comunitário, ou sem financiamento comunitário, tem que haver, nestes quatro anos vai haver o financiamento, rubricas de investimento que for possível libertar para tratar esta calamidade do Município de Nelas, esta vergonha.

Se o investimento fosse feito, se a dívida de médio e longo prazo fosse sido feita para investimentos estruturantes ainda podia, podia defender-se o excesso de endividamento mas, meus caros amigos, nem nos cemitérios, até nos cemitérios foi deixada uma extrema, uma urgente necessidade de ampliação de cemitérios. É, preciso ampliar o cemitério do Folhadal, é preciso ampliar o cemitério de Senhorim, é preciso ampliar o cemitério da Lapa, é preciso ampliar, ou fazer um novo cemitério em Canas de Senhorim, tem setenta covais, ou à volta disso.

Que raio, para onde foi tanto dinheiro sem nenhum investimento estruturante? Até nos cemitérios, o cemitério de Vilar Seco, são quase todos. Metade dos cemitérios do Concelho têm necessidade de ser ampliados, têm a sua capacidade esgotada.

Não houve, nos últimos oito anos, ou quatro, preocupação nenhuma ao nível da ampliação de cemitérios, que é uma necessidade básica e que é o mais elementar da gestão municipal, o planeamento ao nível dos cemitérios.

Queremos reabrir, rapidamente, a Quinta da Cerca Limpar a Quinta da Cerca custa vinte e cinco mil euros Está o orçamento já feito e reabri-la.

E, por isso, há muitas rubricas de cemitérios.

Queremos, também, dotar rapidamente a Zona Industrial da Ribeirinha de condições dignas de acesso, que não tem, bem como o acesso ao Ecoponto que também não existe, está em terra batida. Queremos, também, nalgumas Freguesias e em Canas começar a projetar a questão do cemitério novo, da rotunda do cemitério, atualmente existente, projetar o futuro em Canas de Senhorim em consonância também com a Junta de Freguesia.

Queremos, de facto, está aí dotado o SOS Buraco com vinte e cinco mil euros nesta lógica de política de proximidade de melhoria do espaço urbano.

E nas funções económicas, verdadeiramente, também na função económica, Mercados e Feiras e outras funções económicas.

Queremos, de facto, virar o Município de Nelas, prioridades sempre reafirmadas e que podem ser sempre sindicadas.

Credibilidade das Finanças Municipais, vetor económico e apoio ao turismo e à economia local, apoio social e ambiente.

Portanto, Mercados e Feiras, temos projetado a realização de uma Expo Rural., um Mercado Agrícola e Desenvolvimento, Feira de Turismo e Termalismo, Saúde e Bem-Estar, Feira do Emprego, Qualificação e Inovação, incubadora de produtos endógenos, Unidade Empreende, que agora em fevereiro, depois todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal serão convidados para o lançamento dessa Unidade com projetos de empreendedorismo local e os Fundos FENICIA.

Posso dizer-vos que, relativamente aos Fundos FENICIA, (depois quem tiver questões, relativamente a alguma precisão, a Dr.^a Sofia estará disponível para isso), é



um complemento, é um fundo que é colocado à disposição dos empreendedores que se financiam projetos na banca comercial e que alguma parte que não seja financiada e, portanto, depois entrará um apoio municipal reembolsável e com condições de juro favoráveis, que pode, eventualmente, ser dispensado o reembolso Isso vai depender de um regulamento municipal que vai ser realizado para o efeito.

Posso dizer-vos que, com pequenas ações, pequenas e grandes ações temos feito tudo, a Unidade Empreende está já em desenvolvimento, temos feito tudo, inclusive, o Gabinete de Inserção Social contactar costureiras e pessoas disponíveis para serem admitidas na Empresa Aquinos em Tábua e disponibilizar o autocarro para levar as pessoas lá a entrevistas de seleção e recrutamento e, portanto, isso foi feito Ações que não implicam muito investimento por parte do Município, temos estado atentos a isso. Ainda hoje estive em Castelo Branco na entrega de uns diplomas de formação de fábricas de confeções, eu e a Dr.^a Sofia.

Não podemos levar ninguém às Zonas Industriais se elas estiverem num estado que não seja apresentável e recomendável e, portanto, uma intervenção imediata nas Zonas Industriais para que o Presidente da Câmara de Nelas não sinta vergonha em levar lá um industrial e que não estejam minimamente limpas as ervas envolventes às fábricas e, portanto, são um conjunto de ações que, e de projetos que eu queria dizer-vos e dar-vos essa garantia, com a mesma paixão com que eu falo do endividamento e da castração da autonomia administrativa e financeira, com a mesma paixão falo do futuro e nisto temos também os trabalhadores e os Municípes e a nossa consciência e capacidade de trabalho e, portanto, quero dar-vos a garantia, em meu nome, do Alexandre e da Sofia de que, de facto, neste ano e no prazo de quatro anos o Município de Nelas vai ficar irreconhecível em todos os aspectos. Muito obrigado”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que referiu:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto aos Senhores Membros da Assembleia se alguém quer usar da palavra? Pediram a palavra o Senhor Membro da Assembleia do partido PSD-CDS, José António o Membro da Assembleia do partido socialista Sousa. Questionou o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia se mais alguém? Não havendo mais ninguém, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dada a palavra ao Senhor Membro da Assembleia José António, o qual no uso da mesma referiu:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Secretários,
Senhores Presidentes de Junta,
Caros Colegas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Não podia deixar de vir a esta tribuna depois de ouvir atentamente tudo aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer.

Começo por manifestar um pouco a minha relutância porque eu estava à espera que houvesse uma explicação mais exaustiva do Plano e Orçamento e vejo apenas mais uma campanha política.



Parece-me que ainda não acabaram as eleições, que ainda estamos em campanha política, do uso de todos os meios para continuar a denegrir a imagem, é que, incomodou-me, de forma acentuada, até porque todos os dias eu estou sujeito a isto, todos os dias na televisão eu vejo campanhas políticas para denegrir imagens, todos os dias se fala que um roubou, que o outro tirou.

Se nós catapultarmos a existência do que se passou a nível nacional e se pegarmos no Concelho de Nelas, se calhar nós aqui até nem estamos tão mal, porque nós a nível nacional para pagar ordenados tivemos que nos sujeitar a empréstimos externos porque nem um centavo tínhamos para pagar o que devíamos, nem para pagar os ordenados.

Não estou com isto aqui a querer dizer ao Senhor Presidente de que não terá a sua razão, agora compreendemos, temos também de ser um pouco mais pragmáticos, saber olhar para as coisas e utilizar os pontos e os lugares para que se entenda e se nós estamos aqui e se eu disse isto aqui no primeiro dia de instalação a este novo Executivo que iríamos estar proativamente preparados, não para cortar bases, mas para apoiar o desenvolvimento das novas estratégias que daí poderiam vir, já não podemos estar de acordo usando este estratagema de críticas exaustivamente porque, efetivamente, se alguém devia ser criticado seria o nosso Ex-Primeiro Ministro que deixou o país completamente desfalcado, desfalcado, ao ponto de não ter capacidade de se governar, ficasse lá quem quer que ficasse, sem precisar de virem pessoas externas para fazer isso.

Felizmente aqui, apesar de toda essa campanha de elementos negros que temos e que o Senhor Presidente diz que apanha na Câmara, continua a ter capacidade e autonomia para a governar, sem precisar de ajuda de pessoas externas, é uma diferença muito grande entre uma coisa e outra.

Portanto, aquilo que eu pedia, numa primeira abordagem, é que procurássemos caminhar em frente, olhar em frente, o criticar por criticar, o falar por falar, eu penso que, não acredito, muito honestamente, que haja alguém que estivesse, ou que esteja aqui presente, ou que vá para o Município com a intenção de o prejudicar, que vá governar este Município com intenção de prejudicar, duvido que haja alguém que vá lá com essa malvadez de prejudicar.

Portanto, não posso aceitar esse tipo de pragmatismo, não posso aceitar esse tipo de acusação porque não acredito que nenhum cidadão deste Concelho tenha vontade, ou use o poder que lhe é dado, para o prejudicar.

Agora, quanto aos pontos de vista de investimento, quanto aos pontos de vista de gastos, há falhas e toda a gente tem o direito de falhar, só não erra quem não faz, mas vamos, vamos olhar para a frente porque só assim é que conseguimos criar um Concelho com capacidade de continuar a evoluir e acompanhar todos os restantes na senda do futuro.

Relativamente ao Orçamento apresentado, do qual ouvi pouco, muito honestamente, tirando as despesas, despesas, despesas, eu gostaria de fazer a questão ao Senhor Presidente, no documento que nos foi enviado, da DGAL, portanto, há lá vários reparos, desvios de receitas, fá-lo, nomeadamente, nos juros de encargos de dívida, que estavam inflacionados, cerca de quarenta mil, depois há lá outras, outros pontos também em que há falhas a nível, tanto positivo, como negativo, eu gostava de saber se já foi dada resposta sobre estes valores, sobre estes desvios que foram apontados pela DGAL sobre, nomeadamente, portanto, e aquilo que eles dizem, se é de uma maneira muito



simples, não é? A receita e a despesa, como previsão, segundo o plano de assistência financeira, portanto, dizem que há desvios, estou a falar neste de quarenta mil, o Orçamento, por exemplo, não assegura o valor da amortização do PAEL, falta lá sete mil, portanto, se esses valores já foram corrigidos? Porque é que houve falhas nesse valor? Se não havia conhecimento sobre isso?

É esse esclarecimento, para já, que eu pedia que me fosse dado, se possível.
Muito obrigado.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. De imediato deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia António Sousa, tendo este no uso da palavra referido o seguinte:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Boa noite a todos,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhor Presidente da Assembleia.

Ora bem.

Nós estamos a falar aqui do Orçamento e do Orçamento temos que falar da base para o fazer.

O grande problema, parece que estão a querer branquear aí qualquer coisa, é que nós, realmente, estamos sob intervenção externa, se leu este documentozinho da DGAL, é preciso eles autorizarem o Orçamento. Estamos sobre, estamos pior ainda do que o Governo, eles, num Orçamento de dez milhões de euros até vem aqui falar de verbas de seis mil e tal euros, que é uma coisa irrelevante, é só uma questão de acerto ali nos coisos, vejam lá o pormenor que isto chega.

Por isso, é muito importante saber do ponto em que partimos e o ponto de que partimos é exatamente aquele que disse o Senhor Presidente da Câmara, noventa e tal por cento deste Orçamento já estava feito, e já está feito durante não sei quantos anos.

E outra coisa, já é a segunda vez, eu na primeira vez pensei que tinha sido algum lapso que eu ouvi, mas hoje já é a segunda vez que ouço isso, nós, eu ainda não ouvi aqui ninguém estar aqui a dizer que desapareceu dinheiro, ou que roubaram dinheiro, ou que foi desviado dinheiro, nunca ninguém disse isso, nunca ouvi ninguém dizer isso aqui.

Agora o que nós dizemos é que ele foi mal gerido e quer ver a má gestão? Porque andam para aí a falar em obras, andam para aí dez folhas de obras, algumas a mesma obra quatro e cinco vezes com nomes diferentes, andam para aí umas mentes e tal, a obra toda dos últimos oito anos está aqui nesta folhinha Com esta folha têm a obra toda, toda, eu vou explicar, é tão simples como isto, 2002-2006 estão aí dois empréstimos antes, por isso, dos últimos oito anos, dois empréstimos, um para a construção de 36 fogos de bairros sociais e outro para a Variante da Aguieira, Canas de Senhorim, Rede Viária de Carvalhal, uma quantidade de obras.

Depois começa a gestão a seguir, 2009 – dois milhões e quinhentos mil euros para, este ainda tem obra, pelo menos cá posta, Centros Educativos de Nelas, Canas de Senhorim e Senhorim. Desde dois milhões e meio não gastaram quinhentos mil no Centro de Nelas, no Centro Escolar de Nelas, até porque já tinha terreno, infraestruturas, ruas, arruamentos, esgotos, tinha lá tudo, e projeto até. Os outros dois milhões foram



mal gastos noutras coisas. Ninguém diz que foram levados para casa, foram mal gastos noutras coisas.

Depois, a partir daí é o descalabro. 2010, Saneamento Financeiro, sete milhões e meio, 2009, mais duzentos e dezasseis mil, mais trezentos e vinte e quatro mil, Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, 2012, Programa de Apoio à Economia Local, mais um milhão seiscentos e tal mil, mais em 2013, Reequilíbrio Financeiro, mais dois milhões de euros, foi esta a obra, a obra está aqui.

E, depois, ainda por cima em condições que são complicadíssimas para gerir no futuro, estamos aqui, empréstimos, o último empréstimo de dois milhões de euros foi feito à Caixa Geral de Depósitos que se está a pagar uma taxa de juro de quase dez por cento, dez por cento quase, nove virgula dois zero oito neste momento, neste momento em que a taxa Euribor é zero virgula quatro, porque tem um spread de seis vinte e cinco e depois mais uma taxa de comissão de não sei quê, de zero virgula vinte e um ao mês, não é duodécimos, uma taxa de zero virgula vinte e um, é zero virgula vinte e um ao mês, dá mais dois virgula cinquenta e tal por cento ao ano. Isto é uma loucura, quem é que aguenta isto? Ninguém consegue aguentar isto. Isto é que é má gestão.

E agora vem-me dizer que foi feita obra. É claro que mal feito fora que não fosse feita obra, mas o problema é que a obra não foi feita nas obras estruturantes, esse é que é o grande problema.

As obras estruturantes, as Escolas, os Centros Educativos, só foi feita uma. Que eu saiba nem terreno há para o de Canas de Senhorim, nem para o de Senhorim, nem projetos, nem nada, não há nada, mas está os dois milhões e meio e foi todo embora, foi todo à vida.

As maquinarias estão todas a rebentar pelas costuras, os cemitérios, tinham um plano de cinco milhões de euros para habitação social, não, para esgotos, nada, os esgotos a correr a céu aberto, mais de metade da Vila de Nelas está a deitar os esgotos diretamente no Rio Mondego, diretamente, sem tratamento absolutamente nenhum, mais de metade da população, já para não estar a falar nas outras freguesias.

Habitação social, também já tinham um milhão e meio e aprovados, aprovados há quatro anos, nada, zero, nem um prego. É que podiam ter feito os caboucos, mas nem isso, nada, nem se sabe onde é, acho que nem projeto há. Senhor Presidente, não sei se estou a mentir mas, acho que nem projeto há para essas habitações sociais, um milhão e quinhentos mil assim, diziam já estava aprovado, portanto, isto é erros de gestão e é isso, é isso é que foi mal e esses erros de gestão é porquê?

Por muito simples, porque andaram a fazer obrinhas, eu faço-te aqui meia dúzia de passeios, depois dás-me dez votos da tua família, eu faço-te aqui a rua e tu arranjás-me vinte votos dos, dos, foi troca, obrinhas por votos e assim ganharam as últimas eleições e as outras anteriores e pensavam que iam ganhar estas, que é um esquema.

Estruturar o Concelho com as coisas importantes, esgotos, redes viárias, escolas, nada, zero.

É, por isso, e depois está a dizer que nós não estamos sujeitos, estamos mais que sujeitos, basta ver esta análise que mandou a DGAL para ver, exatamente, tudo tem que passar por lá e noventa e tal por cento do Orçamento está completamente já previsto para não sei quanto tempo.



Este PAEL que foi assinado, mais o PAF, agora há para aqui uma quantidade de siglas novas. Então por causa deste endividamento há para aqui siglas novas que nunca mais acabam, é o DGAL, é o PAF, é o LCPA, é o PRED, o PAEL, e o PPAE, o PPI, eu até, eu até propunha para fazermos aqui uma coisa breve, uma nova sigla, era o PIFIOS, que era Plano de Investimento Frustrado Inviabilizando Orçamentos Saudáveis, isto pode ser a sigla depois de lida, cola-se perfeitamente aos dois últimos governos municipais, PIFIOS foi aquilo que foram, dois governos, PIFIOS.

Não sabe, o que estavam a fazer, ou melhor, sabem para proveito só do seu partido, ou do seu grupo, nem do partido era, esse é que foi o grave problema.

Relativamente ao Orçamento, Senhor Presidente, é um facto que, deixe-me aqui ver o papel, só no resumo logo do Orçamento nós temos um total de receitas e despesas, que é igual, como é lógico, de nove milhões e seiscentos mil euros, as receitas correntes oito milhões seiscentos e vinte e um e as despesas correntes previstas de sete milhões oitocentos e sete mil. Estes nove milhões, estes oito milhões seiscentos e vinte e sete mil são porque, como sabem, os Orçamentos para serem minimamente saudáveis deviam ter um rácio entre as despesas de capital e as despesas correntes de setenta, de entre trinta e setenta por cento, o ideal seria sessenta, quarenta, mas pelo menos trinta, setenta, já não seria mau, considerando que as despesas de capital são as despesas de investimento.

Como o Executivo anterior devia ter mandado até ao dia não sei quantos de junho, vem aqui no DGAL, lá para baixo para a Direção Geral, está aqui escrito, não estejam a abanar a cabeça, está aqui escrito, eu posso exatamente dizer o que é que aqui está que é para não abanarem a cabeça, o Município devia ter informado até dia 30 de junho de 2013 qual a percentagem de FEF a considerar como receita corrente do ano de 2014. Não o tendo feito, não sou eu que estou a escrever, eu estou a ler o que está aqui escrito da Direção Geral das Autarquias Locais, não o tendo feito aplica-se o que está no mapa do Orçamento Geral do Estado para 2014, que é noventa por cento de transferências do FEF para as despesas correntes e porquê? Para poderem encaixar os juros, os juros da dívida, são despesas correntes, não são de capital. É por isso que noventa, dez, lá está os tais noventa por cento, como dizia o Senhor Presidente,

Mas, mesmo assim, o esforço deste Orçamento consegue poupar relativamente às despesas correntes em relação às receitas correntes quase oitocentos mil euros, ou vai tentar, é esta a previsão, fazendo aumentar, estes oitocentos e tal mil euros vão aumentar o total de despesas de capital.

Isto é um bom sintoma, é conseguir poupar nas despesas correntes e transformá-las em despesas de capital. Isto é que é um Orçamento saudável, é assim que se deve gerir as coisas, vamos ver se vai ser possível porque um Orçamento são previsões, mas é assim que deve funcionar e não, se forem ver os outros Orçamentos era sempre as despesas correntes a subir, era sempre a galgar.

Por agora fico por aqui.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Uma vez que mais ninguém está inscrito, perguntava ao Senhor Presidente se quer prestar algum esclarecimento ao Senhor Membro da Assembleia José António? Senhor Presidente, faz favor.



O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e no seu uso disse:

- Para dar esclarecimento sobre esta questão do relatório da DGAL, uma vez que, de facto, respondendo ao Senhor Membro da Assembleia Municipal Eng.º José António, de facto há pormenores orçamentais que foram devidamente tidos em conta, nomeadamente, os acertos de previsão de despesa de FEF e também a questão das obras, das obras plurianuais que, de facto, no Plano de Reequilíbrio Financeiro anteriormente elencado há um conjunto de obras que o Município disse que as realizaria nos próximos anos e, portanto, nós, para alterarmos as prioridades do Município, nomeadamente, fazendo-as corresponder áquilo que há pouco vos disse em termos de ETAR,s, em termos de Feiras que potenciem o comércio, temos que pedir autorização, é desta castração que eu vos falava.

Para dizer que tenho de fazer uma ETAR tenho de pedir autorização à Direção Geral das Autarquias Locais. Se isto não é acompanhamento, não sei, eu não sei o que é acompanhamento. Mas, portanto, eu, para fazer a ETAR de Carvalho Redondo tenho que pedir autorização á Direção Geral das Autarquias Locais.

Relativamente aos outros esclarecimentos peço à Senhora Dr.ª Sofia Relvas para os fornecer.

Tomou de seguida a palavra a Senhora Vereadora Dr.ª Sofia Relvas que referiu:

- A proposta que nós apresentámos ao parecer da DGAL é essencialmente um parecer de prudência, como não poderia ser de outra forma.

Eles autorizam o nosso planeamento, apenas nos pedem prudência na execução do mesmo.

Quanto à questão da previsão imprecisa que houve no que diz respeito a despesas de juros, essa mesma imprecisão já foi comunicada e já foi corrigida.

E, portanto, as avaliações que eles fizeram ao mapa rigoroso que nós apresentámos são, globalmente, positivas e volto a reforçar, apelam à prudência na execução, sobretudo, porque nós assumimos o risco de nos propormos a uma execução rigorosa por forma a conseguirmos, de facto, a divisão do FEF, não noventa, dez, como vem inicialmente proposto, porque é noventa, dez. É a própria estrutura da Administração Central a autorizar a nós utilizarmos um Orçamento que tem noventa por cento para despesas correntes e dez por cento para despesas de investimento.

Nós queremos assumir desde o primeiro momento um rigor na execução do Orçamento que temos e propormos uma alteração setenta, trinta e obrigarmo-nos a uma contenção da despesa corrente, de facto, apenas a setenta por cento, tentando, dessa maneira, ganharmos margem para investimento.

Eles, muito bem, atentam a essa prudência nesta perspetiva e alertam para, isto só será possível se nós conseguirmos também aumentar a angariação de receitas e também estamos a trabalhar nesse sentido.

Eu, já que vos foi distribuída esta informação, até, é engraçado que, infelizmente, o tempo que nós temos não é nenhum para tudo e só agora é que eu dei conta aqui de um parágrafo que me parece que até os próprios técnicos da DGAL devem ter interpretado isto ao contrário porque, de facto, na última folha do parecer deles dizem-nos assim: Considerando que os encargos com o PAEL previsto no plano previsional de amortizações de empréstimo não se encontram assegurados,



independentemente de na proposta de Orçamento Municipal de 2014, o Município deverá tomar as devidas diligências no sentido de adequar a dotação disponível no Orçamento ao valor inscrito no Plano Previsional de Amortização do Empréstimo e eu agora quando li isto recorde-me, de facto, do trabalho que estivemos a fazer o Orçamento, e da nossa preocupação de tentarmos prever uma amortização até superior aquilo que estava previsto e, de facto, deve ter havido aqui uma interpretação errada na troca das colunas porque, se vocês repararem no mapa anexo que eles enviam, na última folha têm, no que diz respeito aos passivos financeiros resultantes do PAEL e resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo, podem ver que na nossa proposta de Orçamento Municipal a nossa previsão é assumirmos um encargo de, uma tentativa de amortização do endividamento de médio e longo prazo de setecentos e dez mil euros quando estava apenas previsto no Programa, no PAF para 2014 seiscentos e quatro mil e, portanto, aqui há, parece-me a mim que, há uma interpretação até errada da parte deles porque, de facto, nós prevemos um valor superior àquilo que estava previsto no Programa de Assistência Financeira.

E, portanto, tranquilizar os Senhores Membros da Assembleia que, de facto, todas as sugestões de prudência vão ser rigorosamente atendidas porque, de facto, não queremos e desde já também não queremos que, 2008, 2009, 2010, 2011, daqui a quatro anos o Executivo que estiver na Câmara possa receber um ofício como recebemos agora do Tribunal de Contas que, infelizmente, é um pouco atrasado na execução do seu trabalho e recebemos uma carta relativamente à homologação da conta relativa ao exercício de 2008, recomendações.

Diz-nos o Tribunal de Contas que, relativamente ao exercício de 2008, aprovado, mas sugere esta entidade, à qual nós respondemos como sabem, para que a Autarquia deve implementar o cumprimento das seguintes recomendações: Implementar a contabilidade de custos, de acordo com o POCAL, nos pontos que ele refere; Adotar maior rigor na elaboração dos orçamentos a fim de que os mesmos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis Até é engraçado vermos um termo destes, sinceras e fiáveis e finalmente, cumprir o princípio de equilíbrio orçamental, previsto na alínea tal e tal do POCAL.

O não acatamento reiterado e injustificado das recomendações do Tribunal de Contas constitui situação passível de efetivação de responsabilidade financeira sancionatória.

Nesta oportunidade, solicita-se a V. Ex.^a que diligencie no sentido de que as referidas recomendações sejam transmitidas a todos os responsáveis que constituem o órgão executivo.

O Tribunal de Contas vem-nos dizer hoje, atenção, cuidado com as contas, a partir do exercício de 2008 ainda vamos também nós, provavelmente, poder ter que dar resposta ao facto de 2008 até 2013. Isto não ter sido atendido e, portanto, também por aqui, vamos ter um especial cuidado no que diz respeito ao nosso mandato e que estas coisas não falhem.

Mas cá estaremos para prestar as contas quando os Senhores Membros da Assembleia quiserem.

Pedi a palavra o Senhor Presidente da Câmara referido:

- Só um esclarecimento. Relativamente a esta questão, Senhor Eng.º José António, que era o ilustre Presidente da Assembleia Municipal desta Câmara, deste



Município por onde as contas dos Planos e Orçamentos passaram todos os anos e as Contas de Gerência passaram todos os anos, a aprovação da situação de desequilíbrio municipal, pré-falência, passou sem uma única intervenção nesta Assembleia.

Qual dos Senhores Membros da Assembleia Municipal quer usar da palavra? Não havendo vamos pôr à discussão e aprovação a situação de desequilíbrio orçamental do Município. Quem vota a favor? E foi aprovado o desequilíbrio sem uma única intervenção nesta Assembleia.

Tenho todo o gosto, agora, em lhe dar informações que o Senhor tinha acesso durante os oito anos em que esteve e que tem lá todos os documentos da Assembleia.

E, Senhor Membro da Assembleia, faça-me um favor, não venha dizer que o que eu digo é chicana política e é acusar os outros e não me venha falar no país.

Teve oportunidade de, no seu país, na sua terra, na sua casa, ter feito, exatamente aquilo que vem aqui criticar ao país e passou, deixou passar, foi conivente com o endividamento de médio e longo prazo, de dois virgula três milhões de euros para catorze virgula seis milhões de euros, que esta Câmara vai ter que pagar nos próximos vinte anos e, em setenta e cinco dias paguei seiscentos e tal mil euros, com uma máquina municipal a cair de podre, os trabalhadores em cima dos tratores como há vinte, ou trinta anos, os esgotos a correrem, vergonhosamente, na sua terra e na minha para o Rio Mondego.

Não é chicana política, Senhor Eng.º, tem aí à sua frente os cheques assinados por mim para pagar aos bancos, não há chicana nenhuma, a gestão em que o Senhor participou nos últimos oito anos, concordando com ela, avalisando-a, hipotecou o futuro do Município nos próximos vinte anos.

Vamos tentar fazer, temos obrigação de fazer muito melhor e, portanto, o que eu estou a tentar dizer é assim, vamos ser sérios e rigorosos nas análises, não me diga que estava à espera de muito mais relativamente à explicação do Orçamento, ele foi-lhe enviado para casa, eu é que estava à espera de muito mais, dos seus contributos e análise e apreciações para ajudar o Município de Nelas e a Câmara Municipal, essa é que é a sua obrigação, não é eu prestar-lhe contas.

Ainda mais prestar contas a quem, durante oito anos, deixou chegar a situação da Câmara Municipal sem dizer um único lamento, mostre-me uma única intervenção sua em que fez um reparo á gestão da Câmara Municipal.

Portanto, não sou eu que tenho que prestar contas a si, preste-lhas todas, com todo o gosto, com toda a seriedade, prestei-as, de manhã, ao Senhor Albino, da AZAFIL, que veio dizer, Senhor Dr., não me está a pagar vinte mil euros, que pediu o parecer à Inspeção Geral de Finanças, mas se não fosse eu a Câmara parava, as máquinas da Câmara paravam, ponho o nome nas coisas, Senhor Albino, porque não tinha um crédito e só faturei agora em janeiro os serviços que prestei durante todo o ano antes das eleições porque nunca, porque me disseram para não os faturar quando os prestei.

E eu vi que era um homem com negócio, com o coração nas mãos, a quem vinte mil euros fazem muita falta e a quem um Vereador da Câmara do mandato anterior, que o Senhor apoiava e defendia, ia pedir obras a fornecedores sem serem faturadas e pedia-lhe para não faturar e pedia para esperar e só faturou agora em janeiro.

Portanto, é esta seriedade política e intelectual, é nesse campo que eu me quero mover e terei todo o gosto em dar todas as explicações relativamente às previsões de



receita, às vendas de bens, às rubricas de Pessoal, às despesas correntes, às transferências, todo o gosto, em dizer o que temos feito nas instituições a que a Câmara Municipal pertence e, portanto, desculpe dizer-lhe Senhor Membro da Assembleia, com a responsabilidade que tem, quem esperava muito mais do contributo que possa dar ao Município era eu de si e peço perdão, o resto, eu enviei-lhe um documento com diversas folhas onde está toda a estratégia da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Questionou se mais alguém queria usar da palavra para pedir algum esclarecimento? Perguntou: Mais alguém? Agradecia que quem quisesse se inscrevesse agora. Tendo pedido o uso da palavra o Senhor Eng.º José António, foi-lhe a mesma concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia que referiu: faz favor.

Tomou a palavra o Senhor Membro da Assembleia Eng.º José António que referiu:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas dois apontamentos.

Quando se fala em intervenções, quando se fala em votar um Orçamento sem qualquer intervenção, que é uma veracidade, acho que devíamos primeiro e acima de tudo, apontar o dedo à Oposição, ponto número um.

Estou convicto que, estou convicto de que, se não houver intervenção da Oposição toda a bancada pertencente, ou que esteja em sintonia com o Executivo da Câmara, também não tem necessidade de subir a este palanque para bajular, ou para dizer bem do Orçamento. Terá que vir aqui para defender o Orçamento do seu Executivo. É assim que funcionam as leis democráticas.

Se a Oposição se cala, nem uma voz. Chegaram ao cúmulo de trazer uma declaração de voto, que foi apresentada, inclusive, antes da votação.

Quero dizer que, quando a Assembleia e volto a dizer, a bancada que está com o Executivo, tem duas hipóteses, ou está, ou não está, ou é dissidente, ou não é.

Eu não estou a ver, por mais, por pior que governe atual da nação, ainda não vi, na Assembleia da República, a bancada que o apoia votar contra. Já viram isso? Não. Portanto, por aí.

Relativamente ao Senhor Membro da Assembleia Sousa, ainda Senhor Presidente, sobre o Orçamento, as Grandes Opções são do Executivo. Cabe-nos a nós respeitar as vossas diretrizes porque são vocês os responsáveis, neste momento, pelo trabalho e por todo o desenvolvimento que iremos ter durante estes anos.

Portanto, não nos cabe a nós dar a sugestão A, ou B, porque as Grandes Opções são vossas, as diretrizes e o seguimento de obras são vossas.

Como eu disse no primeiro dia e repito, cabe-nos a nós, efetivamente, opinar mas não obstaculizar porque só assim é que nós podemos caminhar e os Senhores poderão governar.

Senhor Sousa, relativamente àquilo que o Senhor falou de que eu disse que eu não disse. Efetivamente, acho que já estamos aqui a debater sempre a mesma coisa, não tenho qualquer presunção em defender A, B, C, ou D.

Efetivamente, pode haver falhas, eu não trago números, não tenho tempo para estudar, tenho uma vida muito ativa, não sou político, nem tenho disponibilidade



temporal para me debruçar sobre documentos, à semelhança da Senhora Vereadora, o tempo ocupa-nos bastante, mas, de qualquer maneira, tento ver as coisas de uma forma minimamente aceitável e quando expresso aqui a minha opinião é com plena consciência de que defendo da melhor forma os interesses do meu Concelho e as coisas que estão.

Quando me fala que as coisas, que devia ter sido pedido até 30 de junho, ou quando aquilo é escrito, devemos apurar de quem será a responsabilidade, donde é que isso vem. Até porque os valores de 2013, 2014, foram definidos no Orçamento.

A proposta de Orçamento para 2014 foi apresentada quando? No final de outubro de 2013, portanto, trinta do seis, mesmo eles estão a falhar aí.

Eu sei, eu também vi isso, não, não, muito obrigado, porque se há coisas que nós temos que ver, o Orçamento deste ano e como o Senhor Presidente disse e o Senhor Sousa disse, nove milhões, procurar ser muito rigoroso, é uma realidade, não vou pôr isso em questão.

Agora, ele difere do de 2013 em cerca de quatro milhões. Valor esse de quê? Que tiveram que ir para o orçamento de empréstimos contratados. Também é preciso dizer essas coisas. No ano de 2012, havia empréstimos contratados, no ano de 2012 que era obrigatoriamente tinham que ir para o Orçamento, e essa diferença desses quatro milhões reside, basicamente, aí, portanto, eles tinham que ser incluídos no Orçamento de 2013.

Do resto do Orçamento e analisando o Orçamento, posso-lhe dizer que ele é muito idêntico àquele que era apresentado nos mandatos anteriores, salvo esses quatro milhões, que era uma rubrica que teve que ser incluída atendendo a que eram empréstimos que já vinham, que tinham sido contratualizados no ano de 2012.

Era só, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que no seu uso agradeceu ao Senhor Membro da assembleia

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia, e questionou o Membro da Assembleia Sousa, se o mesmo queria usar da palavra? Apelou ainda o Sr. Presidente da Assembleia para não entrarem em diálogo. Obrigado. O Sr. Membro da Assembleia pediu o uso da palavra, tendo-lhe a mesma sido dada pelo Sr. Presidente da Assembleia:

O Senhor Membro da Assembleia António Sousa referiu:

- É só um puro direito de resposta.

Eu, quando falei do dia 30 de junho, é exatamente a diferença entre aquilo que deve ser uma gestão saudável e aquilo que não foi uma gestão saudável.

O Executivo, quer tivesse ganho as eleições, quer as tivesse perdido, quem estava nesta altura devia prever, devia prever aquilo que queria para o ano seguinte, ou que o Município necessitava para o ano seguinte.

E é por isso que a Lei diz que até ao dia 30 de junho de cada ano tem que se enviar para lá quais são, qual é a percentagem do FEF que deve ser considerado para receitas correntes, exatamente, para se considerar, para se saber aquilo que deve ser transferido do Estado para o investimento e essa estratégia, essa estratégia devia ser definida.



Isto só demonstra, o não ter respondido a isto, como não responderam a muitas outras coisas, como não fizeram o concurso, como não se candidataram a quase nada dos Quadros Comunitários de Apoio, iam às reuniões, o que é isso interessa ir às reuniões?

No papel, preto no branco, candidaturas, nada, zero, népia, nada, não havia nada, é conversa, iam às reuniões, conversa e isto é uma falta de estratégia e isto é que é um erro, é um erro político.

Eu não estou aqui a dizer que ninguém andou a levar o dinheiro para casa, ou meteu o dinheiro no bolso, ou que desviou, ou, nada disso, não, mas o Senhor deu essa ideia, que não tinha desviado, nunca ninguém aqui disse nada disso. Isto é falta de estratégia.

Os Executivos anteriores foram PIFIOS, exatamente, por isso, não tinham estratégias de desenvolvimento para o Concelho, não tinham e a demonstração que não tinham é este quadro que está aqui, não tinham, iam pedindo dinheiro para pagar coisas que já tinham gasto sem saber muito bem como é que as gastaram.

Isto é falta de estratégia. Foi, por isso que no dia 30 de junho não responderam a nada, nem disseram qual era a percentagem do FEF.

Não podiam? Então não haviam de poder. Se os Senhores tivessem uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho sabiam quais eram os investimentos que estavam previstos para o ano de 2014, principalmente, já tendo assinado o PAEL, já tendo assinado este PPI, este PPI, já sabendo quais eram as obras que estavam incluídas para os próximos anos e não sabiam?

Claro que não sabiam, exatamente, qual era o valor porque também não sabiam exatamente qual era o valor que iam receber, mas deviam prever em termos de percentagem do Orçamento qual é que, o que é que o Executivo iria pedir para que a percentagem das receitas correntes que fossem incluídas no próximo Orçamento.

É isso que deve ser feito. É haver estratégia para o futuro. Não. Era o dia-a-dia, era o dia-a-dia, iam lá pedir o buraco, o buraco, iam lá pedir o muro, o muro, iam lá pedir a rotunda, a rotunda, iam lá pedir o passeio, o passeio, tal, depois arranja-me lá uns votitos e tal, foi a, é a maneira de, foi assim foi, foi assim.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se queria dar algum esclarecimento? Este respondeu que sim. Deixe-me só perguntar se mais alguém quer usar da palavra antes, para terminarmos isto. Requereram o uso da palavra o membro da Assembleia Abreu da bancada do PSD-CDS e ainda o membro da Assembleia da bancada do PS a Carla. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se pretendia dar o esclarecimento antes ou no fim do uso da palavra a dar aos Srs. Membros da Assembleia, respondendo o Sr. Presidente da Câmara que podia ser agora. E, concedeu o Sr. Presidente da Assembleia a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que no seu uso disse:

- Justificava-se, por ventura, agora, era para uma correção e também, pronto, nem tudo pode ser más notícias, também, eventualmente, uma notícia que reflete um bocadinho do que eu disse, mas também algum trabalho relativamente às candidaturas e,



de facto, houve neste Quadro Comunitário, contrariamente ao que por vezes também se propala, houve, de facto, fundos disponíveis para o ciclo da água e do saneamento.

E, portanto, houve municípios a ter apoios avultados, de milhões de euros, para construção de ETAR,s e sobre esta matéria, também porque é útil o esclarecimento e também porque há uma rubrica no Orçamento que já prevê como uma receita extraordinária de transferências decorrentes do Quadro Comunitário que ainda está em vigor, eu pedia aqui ao Dr. Alexandre Borges, que foi ele que tratou diretamente esta matéria, que desse esse esclarecimento relativamente à aprovação de um projeto no âmbito do ciclo da água e do saneamento, se me permite.

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges que no seu uso disse:

- Ora, então, muito boa noite a todos.

É para referir que, efetivamente, houve algumas candidaturas que nós encontrámos como submetidas ao Plano Operacional de Valorização do Território, POVT, do QREN, nomeadamente nesta área do ciclo da água, que, várias candidaturas, inicialmente, algumas para a construção de algumas ETAR,s, em Canas de Senhorim, em Nelas, em Santar, salvo o erro, uma série delas que foram submetidas e que nem sequer foram aceites porque não tinham os pressupostos básicos para serem aceites e, portanto, admitidas, e, portanto, estavam, estavam impossíveis, sequer, de recuperar.

Não havia, sequer, os documentos básicos que qualificavam o beneficiário, ou a operação para serem admitidas.

Havia ainda um outro que tinha, que tinha um conjunto de outras ETAR,s e também alguma, alguma infraestrutura de água, com enquadramento no DEE, no valor, aproximadamente, superior, pouco mais de dois milhões e meio de euros que, também por razões similares, não tinha sido, sequer, admitida.

E havia uma terceira para construção de um reservatório na Quinta da Cerca e um acesso desse reservatório, portanto, ali à Zona Industrial n.º 1, de Nelas, no valor de, pouco superior a cem mil euros, que nós conseguimos, depois de muito trabalho, recuperar.

A candidatura também não tinha sido, essa tinha sido admitida e não podia ser aprovada dadas as justificações da Memória Descritiva dessa mesma candidatura e tinha a ver com uma coisa tão simples como a taxa de cobertura do Município relativamente à distribuição de água.

E, portanto, havia um erro dos serviços, vamos lá ver, talvez não fosse um erro dos serviços. O que é certo é que o documento que oficializa a taxa de cobertura do Município de Nelas era inferior, se calhar, àquela que, efetivamente, está implementada e que foi indicada como 95%.

Ora, quando nós temos candidaturas a concorrer a fundos comunitários para dotar os Concelhos de uma rede de abastecimento de água é natural que quando vão, quando o dinheiro não chega para todos, vai ao desempate os critérios de seleção, ganha quem tem a taxa de cobertura menor.

E, portanto, havia um recurso hierárquico para o Ministro do Ambiente ameaçando, num tom, um pouco intimidatório e aquilo que foi basicamente feito foi estudar o problema, analisar a candidatura, ver que nesse, que nesse cadastro a nossa taxa era, efetivamente, inferior, se calhar, á de outras, de outras candidaturas de outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Municípios e um simples telefonema, um simples e-mail de esclarecimento, desistir de um recurso hierárquico para o Ministro da Administração, peço desculpa, do Ambiente, tão simples quanto isso possibilitou-nos uma receita de oitenta e cinco mil trezentos e dois euros e, portanto, uma coisa que estava praticamente dada como perdida pelos contactos que tive com o POVT.

E, portanto, era esse o esclarecimento, que nós, efetivamente, conseguimos recuperar ainda uma receita de oitenta e cinco mil euros.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu ao Sr. Vice-presidente e de seguida deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Abreu.

Tomou de seguida a palavra o Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu que no uso da mesma referiu:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Secretárias,
Senhores Vereadores,
Caros Colegas Membros desta Assembleia,
Caros Colegas Presidentes de Junta,
Digníssimo Público.
A todos muito boa noite.

O que me traz aqui, já na Assembleia anterior senti vontade de subir a este palanque, mas como se tratava ainda de uma Assembleia inicial entendi que não o devia fazer.

Estou eleito nesta Assembleia Municipal em representação da Freguesia de Santar e Moreira, enquanto Presidente de Junta, é nesse sentido que aqui tomarei as minhas posições no respeito do coletivo que trabalha comigo.

Respeito todas as opiniões políticas, mas acima de tudo, respeito o meu Concelho, a minha Freguesia e, com a certeza, que todos os Senhores Presidentes de Junta respeitarão as suas.

Estamos aqui num ponto que é, um ponto estrutural para o próximo ano, mas também uma plataforma de arranque para este mandato de quatro anos.

Estamos há mais de uma hora neste ponto a discutir política, que eu respeito a opinião de ambas as partes, eu também terei a minha, e farei, e tomo partido dela no devido tempo, e tomei também no tempo em que o devia ter tomado.

Mas estou aqui preocupado com algumas propostas que estão neste Plano e que o Senhor Presidente de Câmara teve o cuidado e a atenção de verificar na visita que fez à nossa Freguesia, mas preocupa-me, por exemplo, vir para esta Assembleia depois de um tempo, da hora de atendimento ao Público e confrontar-me com algumas quinze, ou vinte pessoas que, diariamente, se queixam que á porta delas o caminho está enlameado, que não conseguem entrar em casa, outras que não têm saneamento, uma situação que não vem espelhada aqui e que vem do tempo ainda há cerca de quinze anos atrás, de uma fossa que, neste momento, que foi construída na altura por um protocolo de sete anos e que já lá vão quinze e que nada foi feito, nada foi cumprido até esta data, e que hoje a pessoa se dirige à Junta de Freguesia e diz, ou resolvem esta situação no imediato, ou vou fechar a entrada de saneamento para esta fossa porque quando ele me diz, é que eu tenho, eu recebo saneamento de cerca de trinta a quarenta por cento da



população de Santar, mas a minha propriedade não tem saneamento e não tenho água potável. Isto é algo que a mim próprio me causou muita surpresa.

Eu estou preocupado com diversas rubricas que aqui estão, dotadas com um euro quando falamos, por exemplo, de um edifício multiusos, que é muito necessário numa terra como Santar, o Museu do Vinho que está, que é um projeto que tem não sei quantos anos e que já espelhou em vários Orçamentos, muito poderia aqui falar sobre isso.

Não venho aqui discutir política, venho aqui fazer um apelo, venho aqui fazer um apelo e um apelo também aos Senhores Presidentes de Junta, que não tenham receio de vir a este palanque dizer aquilo que pretendem desta Assembleia. É trabalharmos em prol deste Concelho.

Se a situação está mal, se continuarmos aqui a debater o mal, de certeza que mal ficaremos e eu acredito que neste conjunto de pessoas, de certeza que não vêm a esta sala, não vêm a este local com o objetivo de passar aqui um bocado de tempo e depois ir embora para casa.

É importante debater ideias, é importante encontrar soluções, é importante encontrar caminhos, assumir responsabilidades porque se erros foram cometidos não os vamos cometer novamente.

Agora o que me preocupa neste momento é que no seguimento da Assembleia anterior e desta Assembleia Extraordinária, de certeza absoluta que vamos sair daqui, com certeza, com as mesmas condições em que saímos da última em que saímos daqui, perdoem-me a expressão, lavar roupa suja e em que não chegámos a nenhum consenso, respeitando, inteiramente, todas as opiniões e o espaço de debate político.

Eu sou pelo que faço. E que todos os Senhores Membros desta Assembleia contribuam para que nós, que representamos as Freguesias, que damos a cara diariamente com as populações que neste momento e eu em particular posso falar porque recebi uma Freguesia com muitas dificuldades, com muitos problemas, com muitas situações inacabadas, com muitas promessas, com muitas situações que não são fáceis de resolver, com saneamento a correr a céu aberto, não só por terrenos agrícolas, mas agora até mesmo, até mesmo no Centro Histórico de Santar.

No Coração do Dão, Santar, em frente à Casa de Santar corre esgoto a céu aberto, isto é algo que nos deve preocupar e não o debate político de que se o Governo está mal, se não está, perdoem-me mas é um desabafo de alguém que está preocupado em encontrar soluções para os povos da minha, para as pessoas da minha terra e também para as Freguesias que, se calhar, terão a mesma vontade de aqui vir falar mas que não o fazem, se calhar, por alguma outra razão.

Muito obrigado.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu ao Senhor membro da Assembleia e deu a palavra à Senhora Membro da Assembleia Carla, faz favor.

Tomou a palavra a Senhora Membro da Assembleia da bancada do PS, Carla Francisco, que no seu uso referiu

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,



Senhores Vereadores
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Membros da Assembleia,
Estimado Público.

Antes de mais eu queria saudar as palavras do Senhor Presidente da Junta de Santar, às vezes é preciso pegarmos nas coisas para encararmos as coisas de forma diferente, não é?

E, realmente, situações que não apareceram ontem, agora são sentidas de uma forma muito mais própria.

Mas a minha intervenção, não venho aqui no sentido da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santar, mas sim na intervenção feita pelo Senhor Engenheiro relativamente à posição do Partido Socialista porque apresentou duas perspetivas da situação.

Realmente a bancada do PSD e todos por eles eleitos foi conivente com tudo, a bancada do PS nunca o foi e essa imagem não pode, não é, não pode ser permitida passar porque, peço desculpa, como sabe, a Oposição do PS durante estes oito anos foi, efetivamente, diminuta para satisfação da bancada do PSD, muito diminuta, por questões várias, a estratégia adotada foi a declaração de voto, o PS votou contra todos os Orçamentos fundamentando em declarações de voto até ao dia em que o Senhor as impediu, alegando os estatutos.

Mas a posição do PS nunca foi de conviência, ao contrário, ao contrário da posição de alguns Senhores Membros da Assembleia que vieram aqui dar os parabéns pelo Orçamento apresentado. Portanto, essa imagem, peço desculpa, mas não, não posso permitir que passe.

O PS fez o que pode, com o que tinha, nunca foi conivente, deixou sempre bem clara a sua posição.

A gestão do PSD era ruínosa, uma palavra frequentemente utilizada por nós, era desastrosa e ia levar ao abismo. Felizmente ficámos à beira, se não o Senhor Presidente da Assembleia teria sido conivente também com o passo em frente.

Muito obrigada.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu as palavras da Senhora Membro da Assembleia do PS e tendo pedido o uso da palavra o Membro da Assembleia da bancada do PSD-CDS, José António o Sr. Presidente da Assembleia requereu-lhe que fosse breve, telegráfico mesmo, fundamentando da seguinte forma: É que estamos quase há uma hora e quarenta e cinco minutos à volta disto.

Tomou então a palavra o Senhor Membro da Assembleia Eng.º José António:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Procurarei ser o mais breve, o mais telegráfico possível.

Não posso concordar, de maneira nenhuma, que eu proibi declarações de voto.

Senhora Membro da Assembleia, sejamos honestos, existe um artigo, que lhe li mais que uma vez, que isto está neste Regimento, se conhece o Regimento está lá e o que é que diz lá especificamente?

A declaração de voto tem três minutos para a dizer aqui oralmente, ou então para entregar na Mesa, por escrito, ponto final.



Isso está no Regimento e foi isso que eu fiz ver à Senhora Membro da Assembleia.

Portanto, Senhor Membro da Assembleia, peço imensa desculpa, peço imensa desculpa, mas eu não posso ser acusado de uma coisa que eu não faço. Apenas, Senhor Membro da Assembleia, Senhor Vereador, agradeço que se cale, respeite os outros, por favor.

Se o Senhor não conhece, todas as coisas são, têm, por algum motivo nós estivemos na última Assembleia a aprovar um Regimento, é para ser respeitado.

A Democracia também tem que ser balizada, não é como eu quero, quando quero e vou para onde quero, tem que haver limites para tudo. Agora, virem aqui difamar, dizer que eu impedi, isso é pura exclusiva mentira.

Se ler a ata, desculpe Senhor Vereador, não estou a falar com o Senhor – dirigindo-se ao Sr. Vereador Adelino, estou a falar para toda a plateia, então, pronto, ótimo, mas para isso o exterior desta sala é o melhor lugar. Eu agradeço que não me dirija mais a palavra.

Para concluir, sempre remeti isso para o Regimento, nunca lhe disse, está proibida disto, ou daquilo, desculpe Senhora Membro da Assembleia, desculpe Senhor Vereador, volto a dizer, o Senhor estava presente, mas não pode opinar, portanto, vamos lá ver se entendemos.

Agora virem aqui tentar difamar, isso não, isso não admito, nem hoje, nem nunca.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradecendo ao Senhor Membro da Assembleia, fez um resumo das suas palavras referindo: Parece-me que já entendi qual foi a situação, portanto, fez cumprir o Regimento, e diz que as declarações de voto são orais, num máximo de três minutos, ou passadas a escrito, foi isso?

Pronto, isso já é da Assembleia anterior e não vale a pena, não vale a pena, nem se enquadra neste ponto, nem se enquadra nesta Assembleia.

Portanto, este assunto considero-o encerrado e pergunto, se alguém quer usar da palavra para este ponto, Aprovação do Orçamento?

Referiu que se alguém quiser usar da palavra, faz favor de pedir só para este ponto. Obrigado. Pediu de novo a palavra o membro da Assembleia da bancada do PS, António Sousa que sendo-lhe dada a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia referiu:

- É para encerrar a discussão relativamente a isto, em relação à nossa bancada. É para dizer que nós vamos votar favoravelmente este Orçamento, mas se nos perguntarem este Orçamento não é o Orçamento que o Partido Socialista gostava de apresentar, é muito longe disso e é muito longe da estratégia que o Partido Socialista gostava de ter para o desenvolvimento deste Concelho e das várias Freguesias, quer a maneira de gerir este Concelho, quer para depois os Senhores Presidentes, como o Senhor Presidente da Junta de Santar e Moreira, não ter que vir aqui dizer que lhe passa esgotos no meio da sua terra.

É isso que nós queremos que dentro de alguns anos seja possível que isso aconteça.



Por isso, nós vamos aprovar este Orçamento porque sabemos que é o único e possível neste momento. Não é possível fazer outra coisa e mesmo assim vai ser, vai exigir grandes sacrifícios da parte do Executivo para conseguir controlar a despesa de modo a conseguir transferir quase oitocentos mil euros de despesas correntes para despesas de capital.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu as palavras do senhor membro da Assembleia e tendo pedido o uso da palavra o Senhor membro da Assembleia da bancada PSD – CDS, Eng. José António, o Sr. Presidente da Assembleia, concedeu-lhe o uso, com o limite temporal.

“ vá lá um telegrama só. Reiterando ao mesmo tempo que o uso da palavra se deveria cingir apenas sobre o Orçamento.

Tomou a palavra o Senhor Membro da Assembleia Eng.º José António que referiu:

- É só para lembrar ao Senhor Membro da Assembleia Sousa que os Senhores vão votar favoravelmente, não vão aprovar. É muito diferente isso.

De qualquer forma tenho a dizer-lhe que do nosso lado e como eu disse que nunca iria obstaculizar, de forma alguma, o Orçamento, do nosso lado estamos, portanto, iremos abster-nos para que as coisas assim aconteçam.

Muito obrigado.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que no seu uso agradeceu as palavras do Senhor Membro da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Câmara se ainda queria usar da palavra? Ao que este respondeu que sim, dando-lhe a palavra com a advertência seguinte: Senhor Presidente, vá lá, então. Rápido, também, faz favor.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que no uso da mesma referiu:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Só as situações para que não fiquem também relativamente aos Senhores Membros da Assembleia Municipal e às pessoas que nos escutam, que nos escutam, dúvidas relativamente à eficácia da intervenção municipal nos aspetos que o Senhor Presidente da Junta de Santar – Moreira referenciou.

Creio que se referia à questão da fossa do Senhor Carlos, de Casal Sancho e, de facto, foi uma situação que encontramos, é outra?

Portanto, mas relativamente a essa questão da fossa de Casal Sancho, que encontramos também, portanto, é onde vai o equipamento municipal recolher também, uma situação que é o Senhor Carlos e, portanto, está já aprovada a intervenção. Estivemos à espera de fundo disponível para, de facto, autonomizar os ramais e para se resolver essa situação.

Relativamente à questão dos esgotos, de facto, no Centro Histórico de Santar, em função da chuva e também das muitas intervenções que tem havido, como sabe já houve tentativa de desbloquear essa situação, não foi conseguido. Portanto, só uma intervenção do Limpa Canal, que cobra um valor horário elevado, setenta e cinco euros. Vamos fazer essas intervenções e, portanto, também, de facto, há a esse nível muita preocupação e portanto, são situações que só não foram resolvidas, de todo. Foram, nós



andámos lá e não foram, imediatamente, resolvidas porque não foi tecnicamente possível.

Se aquilo estiver completamente assoreado vamos ter que rasgar ali a rua e fazer uma intervenção mais profunda e, portanto, também concordo consigo.

O apelo que eu fiz e espero que também, está e muito bem preocupado, também toda a intervenção política que eu fiz é nessa perspetiva porque as pessoas, os munícipes, o nosso próximo futuro exige mais ação do que propriamente discussão e verbo e vamos tentar fazer isto, mas a questão dos meios financeiros é absolutamente decisiva para resolver a situação do Município e, portanto, nós estamos também inteiramente de acordo com o que referiu, quer na perspetiva da colocação dos problemas relativamente aos Senhores Presidentes de Junta e há liberdade para o fazerem, quer, de facto, com a perspetiva de nos preocuparmos e é isso que fazemos praticamente o tempo todo, é de arranjar soluções para os problemas.

E Santar – Moreira, de facto, tem lá umas questões que é urgente resolver, ouvindo as pessoas, é o que estamos a fazer neste ano de transição, também relativamente à questão do Multiusos, e essas questões, o Museu do Vinho, que, de facto, existe espaço mas não há equipamento nenhum ainda adquirido e, portanto, será uma obra completamente nova, uma série de questões que estamos, de facto, a estabelecer, as prioridades e o facto também de vir e tentarmos fazer isto neste Orçamento. Ver as rubricas dotadas com um euro significa apenas que continua uma preocupação em Plano e que, portanto, será sempre possível fazer, ou alterações orçamentais, ou revisões, mesmo, se houver alteração dos pressupostos de receita e de despesa estrutural no sentido de realizar as obras.

Tomáramos nós que com meios próprios, ou com apoio comunitário pudéssemos financiar o Museu do Vinho, em Santar, conjugado com outros projetos que, de facto, se projetam para aquela linda Vila e, portanto, tomáramos nós que um euro que está projetado se transformasse, como sabe, e também que é o nosso desejo, de facto, de transformar Santar no Santimilion Nacional.

Muito obrigado.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu as palavras do Senhor Presidente.

Acrescentou; Agora, parece que sim, que chegámos ao fim desta discussão do ponto, do primeiro ponto que é - Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2014 e vou pôr este ponto à votação e pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Abstiveram-se Dez.

Portanto, quem votou a favor? foram os restantes. Portanto, serão quinze.

O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano foram aprovados com quinze votos a favor, dez abstenções e zero votos contra.

Vai ser aprovado em minuta.

Tomou da palavra a Senhora Primeira Secretária Dr.^a Isabel Cristina dos Santos Gonçalves que passou a ler a

MINUTA DA ATA

O ponto 1 – Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2014, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 10 abstenções, 15 votos a favor, e 0 votos contra.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Não tendo existido votos contra nem abstenções a mesma foi Aprovada por unanimidade.

Retomando a ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia referiu:

- Passamos ao ponto 2 - Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014.

Senhor Presidente, como sabe isto é uma competência da Assembleia Municipal e, portanto, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara, se quer usar da palavra neste ponto? Tendo este aceite, tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Um esclarecimento só sobre as linhas estruturantes, ou linhas estruturantes da preocupação Duas, três preocupações fundamentais relativamente a este Organigrama e a este Mapa de Pessoal, que em rigor é o Mapa de Pessoal do ano anterior em termos de necessidades de lugares preenchidos e a preencher e, portanto, relativamente às contratações também há o impedimento do Município relativamente a contratações futuras, eventualmente, só com autorização da própria Direção Geral das Autarquias Locais.

Mas o documento que vos foi entregue espelha, de facto, uma realidade que nós queremos imprimir nos Serviços absolutamente distinta da realidade dos últimos quatro, dos últimos quatro anos e essa realidade é que quando chegámos à Câmara, de facto, havia o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores e restantes entidades políticas de apoio e depois havia onze Unidades Orgânicas imediatamente a seguir.

Havia a Unidade, os Serviços Administrativos e Financeiros, os Recursos Humanos, a Comunicação Social, a Educação, o Desporto, o Apoio Social, o Planeamento de Estradas Municipais, as Obras, o Licenciamento de Obras Particulares, e uma série de outros, eram onze Unidades Orgânicas.

Nós mantivemos, no essencial, essas Unidades Orgânicas, que passamos para Serviços e colocámos três pessoas, dividimos estas, estes Serviços em três verdadeiras Unidades Orgânicas, que são na cadeia hierárquica de responsabilidade municipal as pessoas que têm que reunir com o Presidente da Câmara e com os Senhores Vereadores e, de facto, definida a estratégia e comunicada a estratégia, orientarem os Serviços no sentido da execução dos mais variados níveis.

E, portanto, criámos três Unidades Orgânicas, a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e de Recursos Humanos e Saúde, uma, que vai ser dirigida pela Dr.^a Célia, a Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que vai ser dirigida pela Senhora Eng.^a Susana Mesquita, e uma Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que abrange estes Serviços que superintende, coordena estes Serviços de Comunicação, Cultura e Património, Educação, Formação e Inovação, Serviços de Desporto, e Serviço de Desenvolvimento e Apoio Social, que será coordenada pela Dr.^a Sónia Batista.

Portanto, é uma justificação de uma cadeia hierárquica, vincada e rigorosa, relativamente à definição e à orientação dos Serviços e, portanto, nós temos também definido como a prática e resulta deste Organigrama que não queremos ter intervenção direta nos Serviços. Quem tem intervenção direta nos Serviços é a cadeia hierárquica e,



portanto, nós temos é que nos relacionar só e imediatamente com a cadeia hierárquica, portanto, com os Chefes das Unidades Orgânicas.

Lamento dizer que a Câmara, eu vejo a Câmara Municipal, não é para os próximos quatro anos, eu vejo a Câmara Municipal como uma estrutura dos próximos trinta, quarenta anos, e uma instituição com esta importância temos que começar a criar uma cultura na Câmara Municipal de ter Chefes de Serviço de qualidade, três, ou quatro Chefes de Serviço, profissões de carreira que quaisquer que sejam os políticos e as políticas, assegurem o funcionamento rigoroso dos Serviços.

Não temos, atualmente, nenhum Chefe de Divisão na Câmara Municipal. O único que existia há muitos anos era o saudoso Senhor Eng.º Luis de Almeida, que faleceu, e, portanto, não temos. E o que é que temos?

Temos pessoas com muito valor na Câmara Municipal, de carreira, dedicadas e que nestas Unidades Orgânicas ganham muito menos, ou ganham menos, ou muito menos do que Chefes de Serviço e, portanto, mesmo nos últimos anos houve uma completa, uma falta de regulação precisa e de planeamento e de perspetiva futura relativamente aos Serviços Municipais que é só a principal despesa em termos municipais e que ronda, vai rondar ainda neste Orçamento, os três milhões de euros.

Portanto, é um ativo precioso que bem gerido, gerido com os princípios e os critérios que nós temos a incutir na gestão municipal e que estão vertidos logo no artigo 1.º, que são os princípios da transparência, da igualdade, da legalidade e da valorização do trabalho, cremos que a Câmara de Nelas, nas próximas gerações e também nós ficaremos na Câmara muito mais tranquilos relativamente à qualidade e à fiabilidade, e à credibilidade dos Serviços Municipais e, portanto, quem vai dirigir estas Unidades Orgânicas não são pessoas que em termos de estatuto remuneratório, por exemplo, deviam ser as mais valorizadas, mas o importante é nestas Chefes das Unidades Orgânicas que, em primeira linha, vamos centralizar a responsabilidade, a formação, a confiança técnica que é exigível no Serviço e, portanto, na ótica de confiar nas pessoas e ter uma cadeia hierárquica precisa.

Eu também disse na campanha, quero cumprir isto também ao nível da estrutura orgânica da Câmara, que vai haver um Presidente de Câmara, há um Presidente de Câmara perante quem os Serviços respondem e, portanto, e em primeira linha, por quem os, quem está a dirigir a Unidade Orgânica, as Unidades Orgânicas respondem, semanalmente, na reunião às catorze e trinta, às segundas-feiras.

Outra perspetiva que também está incluída aqui neste Organigrama é, de facto, a perspetiva dos custos. Isto, obviamente, é a responsabilização relativamente à produção, relativamente ao trabalho, relativamente ao planeamento, mas também relativamente aos custos.

Temos a funcionar e é aí que queremos, também, em muito, valorizar e angariar receitas não realizando despesas por custos descontrolados, é, de facto, são estas, os Chefes destas Unidades Orgânicas que asseguram, em primeira linha, que só se compra aquilo que é necessário, para a obra precisa, não é para qualquer obra, nem para qualquer empreiteiro, é para aquela obra específica e o faz, responsabiliza-se sempre por dois, ou três orçamentos e o tem que fazer com o melhor preço do mercado.

A Câmara Municipal de Nelas, comigo, está a pagar, no máximo, a sessenta dias, e, portanto, se paga o melhor no mercado pode exigir o melhor preço do mercado e, portanto, nesta ótica também não são onze, ou dez Unidades Orgânicas a comprar, ou



a dizer que tem que se comprar isto, ou aquilo, são três Unidades Orgânicas a dizerem à Central de Compras que, de facto, é necessário adquirir isto, ou aquilo, com esse rigor. E, portanto, temos também e pedimos à Assembleia essa confiança.

Este é um instrumento para nós, absolutamente, essencial, com coisas muito simples, com o que existe, no sentido de aumentar a produtividade e também a qualidade de trabalho e também a questão da realização profissional dos trabalhadores.

Aproveito para dar, também, uma informação e este esclarecimento porque já há essa indicação e vai ser discutido na opinião pública, até tem a ver com o Pessoal, comunicámos já ao Serviços que a partir do dia 1 de fevereiro o horário de trabalho vai ser aumentado de trinta e cinco para quarenta horas e falo por diversas razões.

Primeira, por uma questão de legalidade, é ilegal qualquer Câmara, atualmente, ter um horário de trinta e cinco horas, só o pode fazer se houver um acordo com o Sindicato que lhe permita ter um horário inferior às quarenta horas. A Lei das quarenta horas diz que é uma lei imperativa e, portanto, não havendo esse acordo, nós temos que praticar as quarenta horas, primeira razão.

Segunda razão, como não podemos admitir pessoas por causa dos constrangimentos financeiros porque qualquer Câmara, livremente, pode admitir e demitir, tem autonomia para isso, eventualmente, algum constrangimento que venha na Lei do Orçamento, mas nós não podemos admitir ninguém por causa da reestruturação temos que reduzir os custos com Pessoal.

Segunda razão, aumentando mais uma hora, estamos a falar cerca de um oitavo de aumento da disponibilidade de trabalho e, portanto, o que significa, num Quadro de Pessoal de duzentas, duzentas e dez pessoas, duzentas e vinte pessoas, entre quinze a dezoito pessoas mais mão-de-obra disponível.

Isto também colmata outras situações como aquela de haver pessoas na Câmara a trabalharem juntamente com pessoas que têm quarenta horas, como na questão das Escolas e, portanto, vimos que não temos alternativa relativamente a esta questão das quarenta horas. Comunicámos aos trabalhadores, eles compreenderam a situação e, portanto, também por uma questão de rigor e mesmo também de credibilidade não é compreensível que haja uma orientação geral relativamente à prática de quarenta horas.

Também, na Administração Pública, e na sequência da situação financeira em que se encontra o país e no esforço de ajustamento que é necessário fazer e depois uma Câmara com as dificuldades financeiras que vos relatei, com o recurso permanente a POC's porque se não os Serviços não funcionavam, com um jogo de POC's que tem que se fazer com as Juntas de Freguesia e com os Serviços, ter um instrumento das trinta e cinco para quarenta horas e não o utilizar, portanto, eu não tenho, sinto que não tenho liberdade relativamente a isso e, portanto, conversamos com todos os Serviços, com os Senhores Trabalhadores, eles compreendem. Vamos tentar, com todos, compensar isso com a valorização do trabalho através destes princípios que estão inscritos aqui, particularmente o princípio da igualdade, com a valorização da máquina municipal, tirar as pessoas dos tratores, de cima dos tratores, dar boas condições de trabalho em termos de equipamento, em termos de formação profissional, que também é muito escassa na Câmara, qualquer pessoa vai para a Câmara e é logo colocada a trabalhar, não tem, previamente, formação, nem um Manual de Acolhimento, aquilo que existe nas empresas privadas, que é o Manual de Acolhimento e umas horas de formação a nível de Higiene e Segurança, a nível de EPI's, de Equipamentos de



Proteção Individual de Trabalho, etc., na Câmara Municipal não encontramos nada disso, que estamos a tentar implementar.

E, portanto, relativamente ao Quadro de Pessoal e às necessidades de Pessoal, era esta a indicação que vos queria dar também, obviamente, depois daqui para baixo, dos Serviços para baixo, portanto, é competência, não tem que vir aqui à Assembleia Municipal, mas se tiverem alguma dúvida, é competência do Presidente da Câmara depois definir a orgânica dos serviços e, portanto, este é um instrumento, também, em termos de gestão dos recursos humanos que consideramos absolutamente essencial no sentido de concretizar o nosso contrato social e político para os próximos quatro anos.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu as palavras do

- Senhor Presidente, e questionou sobre quem queria usar da palavra. Inscreveu-se o Membro da Assembleia Municipal da bancada do PSD/CDS, Eng.º José António e o Membro da Assembleia Sousa, da bancada do PS. Deu a palavra a este último por ter sido o primeiro a inscrever-se, Sousa, faz favor, pode usar da palavra.

O Senhor Membro da Assembleia António Sousa tomou da palavra e no seu uso disse:

- Muito obrigado.

Senhor Presidente, relativamente a este ponto, realmente, gostámos de ouvir a exposição do Senhor Presidente porque, realmente, é uma nova maneira de ver as coisas e quando antes havia uma distribuição de não sei quantas Unidades Orgânicas, era o dividir para reinar, aquilo, quanto mais aquilo estivesse pulverizado mais estava dependente da vontade do Senhor Vereador, porque o Senhor Vereador é que mandava em tudo, a maioria dos Serviços não tem que ter um Vereador a mandar, nem Vereador, nem Presidente, quer dizer, deve dar as orientações gerais, mas o Serviço tem que ser eles próprios a gerirem-se.

E com esta maneira de estar nós concordamos e é por isso que nós vamos também votar favoravelmente. Estava aqui na dúvida se havíamos de aprovar, mas vamos votar favoravelmente esta proposta e, na certeza de que, por exemplo, não vai haver, não vai haver nenhum funcionário, como acho que não houve.

Há algum funcionário que esteja de castigo, Senhor Presidente? Pôs algum funcionário de castigo? É que o anterior Executivo pôs uns lá para cima, de castigo, tirou-lhes os equipamentos, tirou-lhes os telefones, de castigo, ao gelo, ao frio, nada disso.

É a maneira diferente de gerir. É nesta maneira de estar na política que nós estamos de acordo e é por isso que nós vamos votar favoravelmente esta proposta do Executivo.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que deu a palavra ao Senhor Membro da Assembleia José António, faz favor.

No uso da palavra que lhe foi concedido o Senhor Membro da Assembleia Eng.º José António referiu:

- Muito obrigado Senhor Presidente.



Sobre este ponto e na sequência também do Orçamento o que eu tenho a dizer em nome da bancada que represento é que, nem oito, nem oitenta. Possivelmente se fossemos nós, o mapa teria outra estrutura, mas damos o benefício da dúvida.

Achamos que três unidades podem vir a constrangir, ou são insuficientes para o exercício e para tão nobre tarefa. De qualquer maneira damos o benefício da dúvida porque é nesse sentido que nós estamos e que respeitamos a posição e as propostas e as opções do Executivo Camarário.

Quanto a colocar funcionários sem nada, ao frio, Senhor Membro da Assembleia, peço imensa desculpa, não vinha aqui para lhe responder, mas se se recordar foi quando o anterior Executivo entrou para a Câmara que foi colocado aquecimento na Câmara que não tinha, foi colocado aquecimento central, foi nessa altura e o Senhor Presidente de Câmara sabe perfeitamente que isso é verdade.

Na altura ainda estava, fazia parte também desse mesmo Executivo, portanto, ninguém foi posto ao frio, antes pelo contrário, acho que tinham era calor a mais porque, atendendo a que o calor tem tendência a subir e como eles estavam no último andar aqueciam, não tinham frio.

Muito obrigado.

Tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que tendo-lhe sido dado a conhecer a vontade de usar da palavra pelo Senhor Membro da Assembleia da bancada do PS Sousa, concedeu-lhe a mesma:

Tomou então da palavra o Senhor Membro da Assembleia António Sousa que referiu:

- É só para constatar um facto, folgo em saber, eu não sabia, mas folgo em saber que o senhor afinal sabia que estavam no último andar, olhe eu não sabia, fiquei informado.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as palavras do Senhor Membro da Assembleia. Tendo-lhe sido dada a conhecer a vontade do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para usar da palavra em defesa da honra explicou aos Srs. Membros da Assembleia que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques lhe pediu para usar da palavra em defesa da honra. O que fez de seguida, advertindo-o, veja lá, se é mesmo em defesa da sua honra.

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Dr. Manuel Marques referiu: - Se tem a ver com alguma intervenção que foi feita aqui, então, faça favor.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques que no seu uso disse:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Muito boa noite

Muito obrigado e não me vou dirigir a mais ninguém, mas só venho aqui dizer duas coisas simples, completamente simples.

Sou breve, Senhor Presidente, eu irei-me embora, pese embora o Senhor Presidente da Câmara não queira que eu fale.



Ó Senhor Membro da Assembleia António Sousa, convença-se de uma coisa, o Manuel Marques, que o acompanhava, deixou de ser Manuel Marques, deixou de ser o arruaceiro.

O Senhor Presidente da Câmara pode-me insultar o que quiser. Terei muito respeito por esta casa e continuarei a tê-lo na Câmara Municipal, portanto, digam o que quiserem, insultem o que quiserem.

Se estão à espera que os insultos, que eu, daquela ponta de lá reaja de uma forma como já o fiz no tempo dele, quando fui ponta de lança dele, estão enganados, não o farei.

Terminada, retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu ao Senhor Vereador, dando a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Sousa, que a havia pedido previamente, referiu-lhe faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia António Sousa referiu:

- Não me dirigi, na minha anterior alocução, não me dirigi ao Senhor Vereador, a eles, especificamente, disse, do Vereador porque eram os Vereadores que controlavam, os Vereadores a tempo inteiro, não era só um, eram vários.

Eu não sei, a ponta de lança de quê? Eu nunca joguei futebol. Fui ponta de lança de quê? Nunca fui Presidente da Câmara, nunca fui, nem era da minha Freguesia, não, é que está aí a dizer coisas, não entendo, não entendo, é que, ainda por cima não me referi a ele, não sei qual é que era a justificação.

Intervindo o Senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se a este questionou?

- Sobre este ponto, tem alguma coisa a dizer?

O Senhor Membro da Assembleia António Sousa:

- Eu não, foi só para.

Tomando então de novo a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu

- Então, muito obrigado. Podemos acabar a discussão do ponto.

Respondeu o Senhor Membro da Assembleia António Sousa:

- Foi só para dizer que estava, realmente, estupefacto.

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia:

- Bem, pronto, não interessa essa situação, se não é desse ponto. Sabendo que o Sr. Membro da Assembleia da bancada do PSD-CDS, Eng.º Rui Costa, questionou-o Quer usar da palavra? Questionando-o ainda se era sobre este ponto.

Faz favor.

Tomou a palavra o Senhor Membro da Assembleia da bancada do PSD-CDS Eng.º Rui Costa que referiu

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Realmente, queria falar sobre este ponto, apesar de estar chocado, digo-vos, estar chocado um bocado com algumas intervenções que aqui foram feitas, ainda por cima quando se tenta mandar para o ar determinadas coisas, acho que devíamos



objetivar se o queremos fazer, se não o queremos fazer não mandamos para o ar, objetivamos e então as pessoas podem responder.

Quanto a esta parte, desculpe mas tive que fazer este desabafo. Portanto, estamos aqui para discutir política, orçamentos, mapas de pessoal, tudo isso, agora chicana política, desculpem, não.

Senhor Presidente, queria um esclarecimento visto que, durante a campanha o fez, disse que queria reduzir a despesa corrente, principalmente com despesas decorrentes de ordenados, este organigrama diferente, ok? Não tenho nada, a administração é feita por si, a organização é feita por si, cabe-lhe, realmente, fazê-la da melhor forma.

De qualquer forma, com esta organização as pessoas são as mesmas, portanto, realmente, os valores vão ser os mesmos. Se consegue fazer alguma redução com este organigrama gostava que o referisse porque, realmente, se virmos, três milhões de euros corresponde a quase quarenta por cento das despesas correntes da Câmara.

Portanto, realmente, deu aqui uma novidade, que iria aumentar o horário de trabalho e aí, sim, conseguia mais rentabilidade, concordo, plenamente, mas em termos de redução de despesa, com este organigrama, penso que não o irá fazer porque as pessoas são as mesmas e não irão baixar o ordenado, como é óbvio.

Muito obrigado.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que no seu uso disse

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia. Questionou se mais alguém ia usar da palavra neste ponto. O Senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra. Foi dada, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e no uso da palavra prestou os seguintes esclarecimentos:

- Eu, só, também, relativamente, um ponto de ordem ao Senhor Presidente da Assembleia, sem prejuízo da sua liberdade e até autoridade e saber na organização dos trabalhos, não é por um Vereador dizer que quer defender a honra, que é um expediente regimental que existe que ela, de facto, fazia-lhe esse apelo, quem representa a Câmara na Assembleia Municipal é o Presidente da Câmara. Portanto, que não se generalize o uso desse expediente porque eu, com o devido respeito, não vi que tivesse sido atingida a honra do Senhor Vereador, porque quando o Senhor Membro da Assembleia Municipal falava, falava genericamente em Vereadores, não é o Vereador que manda no serviço e, portanto, eu também não quero que se faça nesta Assembleia aquilo que se fazia na Assembleia anterior, nas Assembleias anteriores, mas fazia, apenas esse reparo.

Relativamente, às despesas com pessoal, Senhor Membro da Assembleia, Senhor Eng.º Rui Costa, deve ter acompanhado muito mal a campanha do Partido Socialista porque nunca foi referido que iam reduzir, que iam reduzir, cortar salários, ou reduzir pessoal, nunca foi dito isso, foi, pelo contrário, dito que se ia potenciar o principal ativo que a Câmara Municipal tinha, que eram os seus trabalhadores. Mostre-me um texto, ou uma intervenção em que se tenha dito, e se, se está a defender isso pode ser mais claro, tem aqui a tribuna da Assembleia Municipal, pode sempre defender que se reduza o número de trabalhadores, que se despeçam trabalhadores para se reduzirem as despesas com o pessoal.



Não é isso que está a acontecer. Como sabe, há um conjunto de trabalhadores que está em período de reforma, o Senhor Loio, que trabalha há muitos anos, que era o Chefe das Oficinas, há cerca de uma semana, quinze dias, recebeu a notícia que está reformado como ele solicitou. Há outros quadros que estão a reformar-se, a D.^a Helena, um Senhor das Piscinas, o Senhor Pedro, das Piscinas, o Senhor Arnaldo pediu a reforma, o Senhor Alberto, da Fiscalização, pediu a reforma, o Senhor António, das Obras, dos Concursos, pediu a reforma.

Portanto, há uma série de, o facto de estarem aqui lugares preenchidos e a preencher, significam que vai haver, por via da redução de receitas e também da utilização parcimoniosa dos contratos de prestação de serviços, que existem, treze e, portanto, vai ser também, só por absoluta necessidade dos serviços, como é hoje, também uma decisão que comunicamos e vai à próxima reunião de Câmara, consideramos, por exemplo, que é, absolutamente, indispensável manter a jurista da Câmara Municipal, a Dr.^a Marta, porque tem já alguma experiência na função, a Câmara Municipal precisa de um jurista, eu suspendi a minha inscrição na Ordem como Advogado, não sou Advogado, e portanto, sirvo-me apenas dos ensinamentos que aprendi nessa profissão, e, portanto, a Câmara precisa.

Além disso, também, vamos tentar conciliar a redução das despesas orçamentais com razões de proteção dos prestadores de serviços, vamos prolongar os contratos de prestação de serviços que, por um lado, sejam, absolutamente, indispensáveis e por outro lado de forma a garantir que os prestadores de serviços atinjam, no mínimo, dois anos de contrato para terem direito a subsídio de desemprego e não serem colocados numa situação de absoluta desproteção social, que é o caso, por exemplo, que hoje agendámos para a próxima reunião de Câmara, quatro situações em que vamos prolongar os contratos até se atingirem os dois anos e, portanto, é uma situação Temos situações na Câmara, de facto, em que temos contratos de seis anos de contrato a termo, seis anos, depois transformadas em prestações de serviços, há pessoas com vínculo precário há oito anos na Câmara Municipal e, portanto, também por via orçamental não podemos regularizar, eventualmente, essas situações, mesmo com reforma de muitos trabalhadores por causa do desequilíbrio orçamental da Câmara.

E, portanto, e no Orçamento que foi aprovado há momentos há, de facto, uma proposta de redução efetiva das despesas com pessoal em que posso dizer que, por exemplo, relativamente às remunerações certas, às remunerações certas e permanentes no compromisso em termos do Quadro de Reequilíbrio Financeiro havia uma perspetiva de três milhões cento e noventa e dois mil euros e nós previmos para o Orçamento de 2014 dois milhões quatrocentos e setenta e cinco mil.

Além disso, temos também, reafirmo porque é importante, e está inserto aqui, está incluído aqui nas despesas com Pessoal, Eng.^o Rui Costa, estamos a poupar ao Município de Nelas, à Câmara Municipal, mais de trezentos mil euros de remunerações políticas, somos três Vereadores, e, portanto, queria dizer ao Sousa que há uma pessoa, há várias pessoas, em particular uma, de facto, de castigo na Câmara Municipal atualmente que sou eu próprio, portanto e somos nós, eu, o Dr. Alexandre e a Dr.^a Sofia Relvas. Porque, Eng.^o Rui Costa, é mesmo, sou só eu, o Dr. Alexandre e a Dr.^a Sofia, entre as oito da manhã e as oito da noite, pelo menos, e, portanto, isso representa uma poupança de mais de trezentos mil euros nas despesas com pessoal, que vamos tentar



transformar em projetos, absolutamente, indispensáveis para o futuro da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que agradeceu as palavras do Senhor Presidente e referiu que, antes de acabar, queria esclarecer a situação de direito de defesa da honra. Um Vereador se quiser usar da palavra para intervir nos debates tem que ter a anuência do Senhor Presidente. Para defesa da honra, depende do Presidente da Assembleia considerar se foi, ou não foi, ofendida a sua honra. Se verificar que um Vereador pediu a palavra para defesa da honra e a está a usar em sentido diverso ou considerar que a honra não foi ofendida, tira-lhe a palavra de imediato. Portanto, é nestes termos que será, em cumprimento do Regimento.

Depois deste esclarecimento, agradeceu e questionou se mais alguém queria usar da palavra neste ponto. Ninguém pretendeu usar desse direito.

Assim sendo retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que referiu:

- Se mais ninguém quer usar da palavra neste ponto, uma vez que mais ninguém está inscrito, vou pôr o ponto 2 à votação - Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014, e pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? Do resultado obtiveram-se sete abstenções. Portanto, dezoito votos a favor. Deduzo que os outros votam a favor, claro.

O Mapa foi aprovado com dezoito votos a favor, sete abstenções e zero votos contra.

A Senhora Primeira Secretária passou a ler a

MINUTA DA ATA

O ponto 2 – Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que questionou

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Tendo sido aprovada por unanimidade.

Referiu de seguida que ainda têm três pontos que têm a ver com designação de Presidentes de Junta, de elementos da Assembleia, ou de Municípios, para diversos órgãos.

Referiu já ter uma lista de nomes que lhe apresentou o Partido Socialista. São nomes, de alguma forma, ligados à indústria e ao comércio da zona, mas, se calhar, era melhor fazermos um intervalo de cinco minutos.

Portanto, depois, e relativamente aos Presidentes de Junta, agradecia que se juntassem e indicassem um Presidente de Junta para ser eleito para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e, depois, também que cada Partido indicasse um elemento para o Conselho Municipal da Juventude.

De imediato deu cinco minutos. Apelou á discussão sobre o assunto e que o informassem do resultado.

Referiu que Uma lista de dez, está bem.

Uma vez que já estamos todos na sala, vamos dar continuidade à Assembleia com o ponto número três - Designação de cinco Municípios para integrar o Conselho Municipal de Segurança.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dirigindo-se ao Senhor Membro da Assembleia José António, sobre se era este quem tinha a lista, pediu-lhe que a apresentasse. Faça favor de apresentar.

O Senhor Membro da Assembleia Eng.º José António referiu

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Os cinco Municípes, mais cinco suplentes apresentados por esta Assembleia são os seguintes:

- Luís Augusto Pinto Ribeiro;
- João Paulo Matias Olival;
- António Manuel Ramos Nascimento Loureiro;
- Vanessa Miriam Pina Amaral Santos;
- Celeste do Carmo Almeida Nunes;
- José Manuel Camões Barros;
- António Manuel Pais de Figueiredo;
- António João Dinis Guerra;
- Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro;
- Joaquim Manuel Silva Jesus.

Reafirmo que estes nomes foram apresentados por todos, por todas as bancadas com assento nesta Assembleia.

Retomada a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia referiu

- É uma lista conjunta, embora se trate de nomes, eu pergunto à Assembleia se posso fazer a eleição de braço no ar, uma vez que não parece que esteja em causa a rejeição de qualquer nome.

Questionou: Alguém se opõe? Ninguém respondeu e assim dando continuidade aos trabalhos referiu: Então, se ninguém se opõe, quem vota contra? Quem se abstém? Não houve votos contra, nem abstenções, sendo Aprovado por unanimidade.

Então, passamos, a ler, a minuta.

A Senhora Primeira Secretária passou a ler

MINUTA DA ATA

O ponto 3 – Designação de cinco Municípes para integrar o Conselho Municipal de Segurança, foi posto à discussão, tendo sido designados os Senhores:

- Luís Augusto Pinto Ribeiro;
- João Paulo Matias Olival;
- António Manuel Ramos Nascimento Loureiro;
- Vanessa Miriam Pina Amaral Santos;
- Celeste do Carmo Almeida Nunes;

Suplentes:

- José Manuel Camões Barros;
- António Manuel Pais de Figueiredo;
- António João Dinis Guerra;
- Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro;
- Joaquim Manuel Silva Jesus,

tendo sido aprovado por unanimidade

O Senhor Presidente da Assembleia questionou?

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Não havendo votos contra, nem abstenções a mesma foi Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passou-se ao ponto 4 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante do Município na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Perguntou o Sr. Presidente da Assembleia se chegaram a algum acordo? Quem é que ficou indicado? Tendo obtido a resposta de que o indicado havia sido o Sr. Carlos Inácio.

Então, a Assembleia propôs, pelo mesmo princípio, uma vez que foi acordado entre as partes, dispensar também a votação por escrutínio secreto. Tendo o Sr. Presidente da Assembleia questionado a não ser que o Senhor Carlos se oponha. Ao que este respondeu que não.

Questionou o Sr. Presidente da Assembleia: quem vota contra? Quem se abstém? Não havendo votos contra nem abstenções foi Aprovado, por unanimidade. Passando a Senhora Primeira Secretária a ler a minuta

MINUTA DA ATA

O ponto 4 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante do Município na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, foi posto à discussão, tendo sido eleito o Senhor Carlos Alberto Pereira Inácio, Presidente da Junta de Freguesia de Lapa do Lobo, tendo sido aprovado por unanimidade.

Após, o Senhor Presidente da Assembleia questionou

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Não havendo votos contra nem abstenções é Aprovada por unanimidade.

Passou-se ao quinto ponto e último, que é – Nomeação de um Membro da Assembleia Municipal, de cada partido representado na Assembleia Municipal, para a composição do Conselho Municipal da Juventude.

Referiu que tinha um elemento indicado pelo PS, que é Liliana Silva Pinto, à minha esquerda, do PSD Alexandra Sofia da Costa Pinto, do CDS António Luís Roque da Silva e da CDU Manuel José Fonseca.

Referiu o Sr. Presidente da Assembleia: pela mesma razão também me parece que se podem dispensar aqui as votações por escrutínio secreto. Ninguém se opõe? Os nomeados não se opõem, pois não?

Então questionou? Quem vota contra? Quem se abstém? Não havendo votos contra nem abstenções, está aprovado por unanimidade. De seguida pediu á Primeira Secretária que procedesse á leitura da minuta da acta, o que esta fez desseguida: A Senhora Primeira Secretária passou a ler

MINUTA DA ATA

O ponto 5 – Nomeação de um Membro da Assembleia Municipal, de cada partido representado na Assembleia Municipal, para a composição do Conselho Municipal da Juventude, foi posto à discussão, tendo sido nomeados os Senhores:

- Pelo PS – Liliana Silva Pinto;
 - Pelo PPD/PSD – Alexandra Sofia da Costa Pinto;
 - Pelo CDS/PP – António Luís Roque da Silva;
 - Pelo CDU – Manuel José Fonseca,
- tendo sido aprovado por unanimidade.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia que perguntou?

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Não havendo votos contra nem abstenções foi a minuta aprovada por unanimidade.



Chegando ao final da Assembleia o Sr. Presidente declarou a sessão aberta ao Público, que hoje temos Público para nos ouvir e para intervir, se for caso disso.

Questionou se alguém quer usar da palavra? Ora, há um, o Senhor Dr. Américo. Concedeu-lhe a palavra e advertiu-o sobre as regras de uso da palavra por parte do público.

Tomando a palavra o Senhor Dr. Américo Borges referiu

- Minhas Senhoras, começando pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal, a seguir pelas Senhoras Vereadoras, lamentando que uma delas quando, cada vez que olho para ela, sinto-me muito velho, pois já andei com ela ao colo.

Esta foi uma romagem de saudade, nunca tive o privilégio e a honra de fazer parte da Assembleia Municipal nestas bonitas, magníficas e espetaculares instalações, sou dos tempos do velho, mas sempre nobre Salão, Nobre do Município de Nelas e vim, realmente, aqui, com alegria, cumprimentando-vos a todos.

Começando pelos meus amigos, os democratas cristãos, penso que ainda há, sociais-democratas, que penso que também há, existem, o representante do Partido Comunista, concretamente, da CDU e os meus amigos e camaradas do Partido Socialista.

E aprendi, realmente, muita coisa neste convívio.

Ao contrário da maior parte das pessoas idosas, entre as quais eu, tenho o orgulho já de pertencer, que têm a mania de dizer, no meu tempo é que era bom, isso não é verdade.

Mal das mulheres e dos homens que, atingindo a minha idade não têm a honestidade e a humildade de aprender com os jovens e realmente hoje aprendi muita coisa.

Aprendi que os Vereadores do Partido Socialista se encontravam sentados à direita do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a democracia cristã e a social-democracia está à esquerda.

Realmente o Concelho que me viu nascer há não sei quantas décadas ensina-me muita coisa. E, realmente, é muito bom ver a minha querida e idolatrada Rita, o meu amigo Manuel Marques e o seu Colega, a minha senilidade já me esquece do seu nome, serem, efetivamente Membros da Esquerda deste Concelho, é com alegria que o constato.

Já não fico tão contente quando vejo o Senhor Presidente da Câmara, o meu Camarada Adelino passarem para a direita, exatamente, mais grave ainda.

E, depois, aprendi muitas coisas mais, aprendi com o meu amigo e permita-me que lhe chame assim, ex-Presidente da Assembleia Municipal, que V.^a Ex.^a não é político?

Ó Senhor Eng.^o, certamente, V. Ex.^a transmitiu aqui uma frase que o atual ocupante do Palácio de Belém já disse, por várias vezes, eu devido à minha idade mais provecta que a sua, recordo-me de uma outra personagem, eu não aprendi com ele, mas ouvi-o várias vezes, era um Senhor ali do nosso vizinho de Santa Comba Dão, que morava não no Palácio de Belém, mas no Palácio de São Bento, ele, realmente, é que dizia que não era político.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Eng.º, eu peço imensa desculpa, essa lembra-me a frase de alguns ilustres Membros do seu Governo, que também é o meu, e dos seus antecessores, que quando querem atacar os funcionários públicos atacam-nos.

Eu digo-lhe, honestamente, eu se estivesse sentado, nem que fosse nas galerias do Palácio de São Bento, tinha-me levantado, com delicadeza e educação, correndo o risco, no entanto, da Senhora Presidente da Assembleia me pôr na rua, mas antes eu tinha de gritar alto e bom som, fazendo uma pergunta porque eu, como cidadão, sou um ignorante perante os eleitos do povo.

Será que o Governo deste País e V. Ex.^a enquanto ex-Presidente da Assembleia Municipal e todos os ilustres Vereadores, os atuais Ministros, os Deputados, os Secretários de Estado, foram privatizados? Já não são funcionários públicos?

Então, V. Ex.^a como ex-Presidente da Assembleia Municipal não era político?

Ó Senhor Eng.º, olhe, eu todos os atos que pratico na minha vida são políticos.

Senhor Presidente, se V. Ex.^a me quer coartar no uso da palavra, eu calo-me, de imediato.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pronto, é que está a fazer considerações e não deve.

O Senhor Dr. Américo Borges:

- Não estou, de maneira nenhuma, e penso que o meu amigo, ex-Presidente da Assembleia não leva a mal esta brincadeira de fim de noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois, tudo bem, mas o regimento diz que a intervenção do público é para pedidos de esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Dr. Américo Borges:

- Senhor Presidente, eu vou-me calar de imediato, saudando-os a todos e dando-lhes, como velho, um conselho, ou fazendo-lhes um pedido.

Continuem comunistas, democratas, democratas cristãos, socialistas, mas constituam um novo partido político, que foi aqui muito bem apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Santar Moreira a quem eu saúdo e agradeço o privilégio que tive em o ouvir. Criem um novo partido político.

Meu caro Rato, estamos na altura e na época de siglas, eu permito-me chamar-lhe o PCN – Partido do Concelho de Nelas.

Continuem a gostar, uns mais de bacalhau, outros mais de sardinha, mas ámen todos o Concelho onde vivem, onde a maior parte de vocês nasceram e podem ter a certeza que se fizerem isso estamos todos, aqueles que temos o privilégio de aqui viver, melhor.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu peço imensa desculpa, não sabia que tinha tempo e peço-lhe, humildemente, que me perdoe, coisas de velhos.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está perdoado. Venha sempre.

Questionou o Sr. Presidente da Assembleia se mais alguém queria usar da palavra? Não obteve qualquer resposta e assim referiu: Uma vez que mais ninguém quer usar da palavra dou por encerrada esta sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Muito obrigado a todos por terem estado presentes e terem participado na mesma.

Obrigado. Boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: